



Técnicas de pesquisa em Contabilidade

Ernani Ott

COLEÇÃO
EAD

EDITORA UNISINOS

TÉCNICAS DE PESQUISA EM CONTABILIDADE

ERNANI OTT

EDITORA UNISINOS
2012

APRESENTAÇÃO

Este livro está organizado em três capítulos.

O Capítulo 1 é dedicado ao exame dos tópicos relacionados com conhecimento e ciência. São apresentadas várias formas de as pessoas obterem conhecimento, bem como se faz a distinção entre conhecimento popular e conhecimento científico. Em seguida, conceitua-se ciência, apresentam-se os seus componentes e detalha-se a sua classificação.

No Capítulo 2, são tratados os diversos tipos de documentos académicos, dando ênfase às suas principais características.

No Capítulo 3, é tratada a formalização da pesquisa científica, desde o projeto de pesquisa até a elaboração do trabalho de conclusão de curso. São apresentados modelos de sumários de ambos, bem como descritos e detalhados os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais de um trabalho de conclusão de curso.

Ao final são apresentados anexos com exemplos de referencial teórico, metodologia, análise dos dados e conclusão.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONHECIMENTO E CIÊNCIA

1.1 Conhecimento

1.2 Ciência

1.3 Método científico

CAPÍTULO 2 – DOCUMENTOS ACADÊMICOS

CAPÍTULO 3 – FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA

3.1 Projeto de pesquisa (projeto de TCC)

3.2 Trabalho de conclusão de curso (ou monografia)

3.3 Estrutura de apresentação

ANEXO A

ANEXO B

ANEXO C

ANEXO D

CONHECIMENTO E CIÊNCIA

Este capítulo tem por objetivo examinar as formas como as pessoas adquirem conhecimento, bem como distinguir conhecimento popular de conhecimento científico. Em seguida, apresenta-se a conceituação de ciência, detalham-se os seus componentes e trata-se de sua classificação.

1.1 Conhecimento

Gil (1999) e Martins e Theóphilo (2007) mencionam que existem diversas fontes de conhecimento, destacando:

- a. observação: inegavelmente, a observação é uma importante fonte de conhecimento;
- b. crenças religiosas: muitas vezes consideradas fontes privilegiadas de conhecimento, capazes de se sobrepor a qualquer outra. O conhecimento teológico é um que decorre da fé das pessoas na existência de uma entidade divina;
- c. autoridade: desde pais e professores, governantes, líderes partidários, jornalistas, escritores, emanam procedimentos e normas considerados os mais adequados, acabando por ser considerados como verdadeiros;
- d. filósofos: proporcionam elementos que permitem a compreensão do mundo, fundamentados em procedimentos racional-especulativos. O conhecimento filosófico se baseia na capacidade de reflexão do ser humano tendo por instrumento exclusivo o raciocínio;
- e. romances e poemas: proporcionam informações sobre motivações e sentimentos das pessoas.

Essas formas de conhecimento não chegam a satisfazer as pessoas que têm espírito mais crítico. Para se obter conhecimentos mais seguros surgiu a ciência, que é reconhecida como “um dos mais importantes componentes intelectuais do mundo contemporâneo” (GIL, 1999, p. 20).

A ciência visa formular, mediante o uso de linguagem rigorosa e apropriada, sempre que possível com o uso de linguagem matemática, leis que regem os fenômenos. Nesse sentido, a ciência constitui “uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível” (GIL, 1999, p. 20).

É objetivo porque descreve a realidade independentemente dos caprichos do pesquisador; é racional porque se vale, sobretudo, da razão, e não de sensação ou impressões para chegar a seus resultados; é sistemático porque se preocupa em construir sistemas de ideias organizadas racionalmente e em incluir os conhecimentos parciais em totalidades cada vez mais amplas; é geral porque seu interesse se dirige fundamentalmente à elaboração de leis ou normas gerais, que explicam todos os fenômenos de certo tipo; é verificável porque sempre possibilita demonstrar a veracidade das informações; é falível porque, ao contrário de outros sistemas de conhecimento elaborado pelo homem, reconhece sua própria capacidade de errar (GIL, 1999, p. 21).

De acordo com Lakatos e Marconi (1991), há dois tipos de conhecimento: o conhecimento popular e o conhecimento científico.

1.1.1 Conhecimento popular

O conhecimento popular é aquele transmitido de geração à geração por meio de educação informal e baseado em imitação e experiência pessoal (empírico). Martins e Theóphilo (2007) mencionam que se trata de um conhecimento vulgar, adquirido pelas pessoas no dia a dia, ao acaso. Para Ander-Egg (1978 *apud* LAKATOS; MARCONI, 1991), o conhecimento popular apresenta as seguintes características:

- a. é superficial, pois se expressa, por exemplo, pela frase “porque todo mundo diz que é assim”;
- b. é sensitivo, isto é, diz respeito a vivências, estado de ânimo etc.;
- c. é subjetivo, na medida em que o próprio sujeito organiza experiências e conhecimentos, que podem ser oriundos de sua própria vivência ou “por ouvir dizer”;
- d. é assistemático, ou seja, nesse tipo de conhecimento as ideias não são sistematizadas;
- e. é acrítico, o que significa que não se faz uma crítica para saber se os fatos são verdadeiros.

1.1.2 Conhecimento científico

O conhecimento científico é obtido de modo racional e conduzido por meio de procedimentos científicos. Explica “por que” e “como” os fenômenos ocorrem, procurando evidenciar os fatos correlacionados. “O conhecimento científico resulta de investigação metódica e sistemática da realidade [...] segue aplicações de métodos, faz

análises, classificações e comparações” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 1).

O conhecimento científico é (TRUJILLO *apud* LAKATOS; MARCONI, 1991):

- a. real (factual), pois lida com ocorrências ou fatos;
- b. contingente, uma vez que as proposições ou hipóteses têm a sua veracidade ou falsidade conhecida por meio de experimentação;
- c. sistemático, isto é, não se trata de conhecimento disperso ou desconexo, e sim, de um saber ordenado de forma lógica de tal maneira que permite construir um sistema de ideias (teoria);
- d. verificável, de tal forma que afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não são pertencentes ao âmbito da ciência;
- e. falível, o que equivale a dizer que não é definitivo, absoluto, final;
- f. aproximadamente exato, sugerindo que novas proposições e desenvolvimento de técnicas poderão contribuir para reformular o acervo da teoria já existente.

Lakatos e Marconi (1991, p. 37) mencionam que a distinção entre o conhecimento científico e outros conhecimentos, especialmente do senso comum, não está no assunto, tema ou problema, mas na forma especial adotada para a investigação dos problemas. “a atitude, a postura científica consiste em não dogmatizar os resultados das pesquisas, mas tratá-los como eternas hipóteses que necessitam de constante investigação e revisão crítica intersubjetiva é que torna um conhecimento objetivo e científico.”

As autoras descrevem que ter espírito científico é estar criticando constantemente e exercendo criatividade na permanente busca da verdade. Isso leva à proposição de novas e audaciosas hipóteses e teorias, as quais devem ser expostas a críticas intersubjetivas.

Martins e Theóphilo (2007) assinalam que o prestígio da pesquisa científica nas Ciências Sociais Aplicadas é relativamente recente. No Brasil, ocorreu a partir da metade do século passado. Salomon (2000 *apud* MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 2) menciona que “somente após a Segunda Guerra Mundial os EUA passaram a organizar a pesquisa científica, dando-lhe um quadro necessário e recursos sem medida comum com o caráter artesanal da pesquisa do período anterior.”

1.2 Ciência

1.2.1 Conceito de ciência

Lakatos e Marconi (1991, p.18) apresentam, entre outros, os seguintes conceitos de

ciência:

- a. trata-se de uma acumulação de conhecimentos sistemáticos;
- b. é uma atividade que se propõe a demonstrar a verdade dos fatos experimentais e suas aplicações práticas;
- c. tem como características o conhecimento racional, sistemático, exato, verificável e, por conseguinte, falível;
- d. é o conhecimento sistemático dos fenômenos da natureza e das leis pelas quais são regidos, obtido por meio de investigação, raciocínio e experimentação intensiva.

Para Ander-Egg (1978 *apud* LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 19), “a ciência é um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente, sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza.” O entendimento de cada termo/expressão constante no conceito pode ser assim expresso:

- *Conhecimento racional*, exige método constituído por elementos básicos (sistema conceitual, hipóteses, definições).
- *Certo ou provável*, ou seja, não se pode atribuir à ciência a certeza indiscutível de todo o saber que a compõe. Significa dizer que mesmo tendo-se conhecimentos certos é possível ter-se uma grande quantidade de conhecimentos prováveis.
- *Obtidos metodicamente*, isto é, não são adquiridos ao acaso, mas por meio de regras lógicas e procedimentos técnicos.
- *Sistematizados*, o que equivale a dizer que não são dispersos ou desconexos, mas constituem um sistema de ideias (teoria).
- *Verificáveis*, pois a ciência depende de afirmações comprovadas pela observação.
- *Relativos a objetos de uma mesma natureza*, ou seja, objetos que pertencem a uma determinada realidade (homogêneos entre si).

Gil (1999, p. 26) reforça a ideia de que “a ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos.”

1.2.2 Componentes da ciência

Lakatos e Marconi (1991, p. 21) identificam os seguintes componentes da ciência:

- a. objetivo ou finalidade: busca-se distinguir a característica comum ou as leis gerais pelas quais determinados eventos são regidos;

- b. função: se refere ao aperfeiçoamento da relação do homem com o seu mundo, pelo crescente acervo de conhecimentos;
- c. objeto: subdividido em:
 - material: o que se pretende estudar, analisar, interpretar ou verificar.
 - formal: trata-se de um enfoque especial, tendo em vista as diversas ciências que possuem o mesmo objeto material.

1.2.3 Classificação das ciências

Segundo Gil (1999), as ciências podem ser classificadas em duas grandes categorias: formais e empíricas. Como ciências formais podem ser citadas a matemática e a lógica formal, e como ciências empíricas (que tratam de fatos e processos) têm-se a física, a química, a biologia e a psicologia.

As ciências empíricas podem ser classificadas em naturais e sociais. As ciências naturais são: física, química, astronomia e biologia; e dentre as ciências sociais tem-se: sociologia, antropologia, economia, história, administração, contabilidade, direito.

1.3 Método científico

Na ciência, os métodos constituem-se os instrumentos básicos que ordenam o pensamento em sistemas, traçando de modo ordenado a forma que o cientista deve adotar durante a sua pesquisa para alcançar o objetivo pretendido (TRUJILLO, 1974 *apud* LAKATOS; MARCONI, 1991).

Para ser considerado como científico, o conhecimento depende da utilização de operações técnicas e mentais capazes de permitir a sua verificação, ou seja, “determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento” (GIL, 1999, p. 26). O autor define método “como o caminho para se chegar a determinado fim.” E método científico “como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.”

Segundo Gil (1999, p. 27) os métodos a serem adotados no processo de pesquisa científica podem ser o dedutivo e o indutivo. No método dedutivo, parte-se do geral para o particular, ou seja, parte-se “de princípios reconhecidos com verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.” Consideram-se duas proposições, denominadas premissas, e chega-se a uma terceira que corresponde à conclusão, por exemplo:

- Todo homem é mortal (premissa maior).
- João é homem (premissa menor).

→ Logo, João é mortal (conclusão).

Este método é mais utilizado em ciências como a matemática e a física, sendo sua utilização bem mais restrita nas ciências sociais.

No método indutivo, segundo Gil (1999, p. 28), parte-se do particular colocando a generalização como produto do trabalho de coleta de dados particulares. “A generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade.” A generalização se dá com base na relação existente entre os fatos ou fenômenos. Com base em Gil (1999), pode-se mencionar o seguinte exemplo:

- João é mortal;
- Pedro é mortal;
- Antonio é mortal;
-
- Alexandre é mortal;

Ora, João, Pedro, Antonio... e Alexandre são homens;

Logo, (todos) os homens são mortais.

Gil (1999, p. 28) assinala que “por meio da dedução chega-se a conclusões verdadeiras, já que são baseadas em premissas igualmente verdadeiras; por meio da indução chega-se a conclusões que são apenas prováveis.”

O método científico, segundo Bunge (1980 *apud* LAKATOS; MARCONI, 1991), é a própria teoria da investigação, que alcança os seus objetivos, por meio das seguintes etapas:

- a. descobrimento do problema (ou uma lacuna em um conjunto de conhecimentos);
- b. busca de conhecimentos para resolver o problema (teorias, dados empíricos, técnicas de cálculo etc.). Examina-se algo já conhecido para tentar resolver o problema;
- c. tentativa de resolução do problema com a utilização dos meios identificados;
- d. obtenção de uma solução. Esta pode ser exata ou aproximada do problema, com o auxílio do instrumental conceitual ou empírico que se tiver à disposição;
- e. avaliação das consequências da solução obtida;
- f. prova (comprovação) da solução. Uma vez alcançado um resultado satisfatório, considera-se como concluída a pesquisa. Caso contrário, as hipóteses, teorias, procedimentos ou dados utilizados para obtenção da solução incorreta devem ser corrigidos.



PARA COMPLEMENTAÇÃO DOS ESTUDOS

Para complementar os estudos relacionados com os temas tratados neste capítulo, especialmente sobre ‘conhecimento’, recomenda-se a leitura do título 1.1 – *O conhecimento científico e outros tipos de conhecimento*, do capítulo 1 – *Ciência e conhecimento científico*; do livro *Metodologia Científica* de Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, 2. ed., Atlas, 1991.



TERMOS-CHAVE

Conhecimento popular: o conhecimento popular é transmitido de geração a geração por meio de educação informal e baseado em imitação e experiência pessoal (empírico).

Conhecimento científico: o conhecimento científico é obtido de modo racional e conduzido por meio de procedimentos científicos.

Ciência: o principal objetivo da ciência é chegar à veracidade dos fatos.

Método: é o caminho para se chegar a determinado fim.

Método científico: é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento.

Método dedutivo: neste método, parte-se do geral para o particular.

Método indutivo: neste método, parte-se do particular para o geral.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.

CAPÍTULO 2

DOCUMENTOS ACADÊMICOS

Neste capítulo, são apresentados diversos documentos acadêmicos, enfatizando-se as suas principais características.

De acordo com Mattar *et al.* (1996) e Silva (2003), existem inúmeros documentos acadêmicos, detalhados a seguir.

a) Artigo

O artigo é um texto com autor, no qual são representadas e discutidas ideias, métodos, técnicas, processos e resultados em diversas áreas do conhecimento. Estes artigos são destinados à divulgação em periódicos.

b) Artigo Científico

O artigo científico apresenta um tema resultante de uma pesquisa científica e se destina à divulgação em publicação científica (periódico), estando sujeito à aceitação (*referee*). Normalmente, o artigo científico deve seguir uma estrutura em que devem estar presentes: (a) elementos pré-textuais: título, autoria, resumo, palavras-chave; (b) elementos textuais: introdução, desenvolvimento e conclusão; e (c) elementos pós-textuais: referências, apêndice, anexo, nota editorial (dados do autor do artigo) (SILVA, 2003).

c) Crítica

A crítica é um documento utilizado para fazer a apreciação do mérito de determinada obra literária, artística, científica etc.

d) Dissertação

Trata-se de um documento em que se apresenta o resultado de um trabalho

experimental ou a exposição de um estudo científico. Aborda um tema único e bem delimitado em sua extensão, visando reunir, analisar e interpretar informações. Deve ficar evidente o conhecimento da literatura sobre o assunto e a capacidade de sistematização do autor. É elaborado mediante orientação de pesquisador (professor doutor) e visa à obtenção de Título de Mestre.

e) Ensaio

Documento no qual se relata um estudo sobre determinado assunto, com menos aprofundamento, em que o autor expõe ideias e opiniões sem base em pesquisa empírica.

f) Monografia

Documento onde é descrito um estudo minucioso sobre um tema relativamente restrito. Solicitado em cursos de graduação (trabalho de conclusão) e de pós-graduação *lato-sensu* (especialização).

g) Paper

Trata-se de um pequeno artigo científico, com texto elaborado sobre determinado tema ou resultados de um projeto de pesquisa. Destina-se à comunicação em congressos e reuniões científicas, e está sujeito à aceitação por julgamento (*referee*).

h) Projeto de Pesquisa

Documento no qual são descritos planos, fases e procedimentos de um processo de investigação científica a ser desenvolvido.

i) Publicações periódicas

São publicações editadas em intervalos prefixados (trimestrais, quadrimestrais, semestrais etc.), por tempo indeterminado, contando com a colaboração de diversos autores, sob a responsabilidade de um editor e/ou comissão editorial.

j) Relatório Técnico-científico

Documento em que são relatados, formalmente, os resultados ou progressos

alcançados em uma pesquisa ou se descreve a situação de uma questão técnica ou científica.

k) Resenha

Trata-se de uma comunicação de pequeno porte, na qual é relatado o resultado da avaliação de uma nova publicação (livro ou revista). De acordo com Andrade (1995 *apud* SILVA, 2003, p. 94), “exige conhecimento do assunto, para estabelecer comparação com outras obras da mesma área, e maturidade intelectual para fazer avaliação e emitir juízo de valor.” Para Silva (2003), a resenha deve responder a questionamentos sobre o assunto, suas características e abordagens, conhecimentos anteriores descritos na obra e qual o seu direcionamento.

l) Sinopse

Apresentação concisa de um artigo, obra ou documento.

m) Tese

Documento que retrata o resultado de um trabalho experimental ou teórico de um tema específico e bem delimitado. É elaborado tendo por base uma investigação original e deve constituir-se em real contribuição para a especialidade em questão. Destina-se à obtenção de Título de Doutor, sob orientação de um pesquisador (doutor) ou de livre-docente (pós-doutor).

n) Trabalho Didático

São pequenos textos solicitados pelos professores nos cursos de graduação sobre estudos realizados pelos alunos, com o objetivo de induzir e fixar o aprendido.

o) Trabalho de Conclusão de Curso

A Resolução do Consun nº 01/2010 (UNISINOS, 2010) estabelece as normas gerais de funcionamento do trabalho de conclusão para os cursos de graduação presenciais, mencionando que

o trabalho de conclusão compreende a elaboração individual de [...] trabalho de natureza [...] aplicativa, [...] com observância de exigências metodológicas, padrões científicos e requisitos técnicos de confecção e apresentação, que revele o domínio do tema escolhido e a capacidade de sistematização e aplicação de conhecimentos adquiridos por seu autor, no respectivo curso.

Os alunos do curso de Ciências Contábeis devem seguir as normas estabelecidas por esta resolução.

PARA COMPLEMENTAÇÃO DOS ESTUDOS

Recomenda-se a leitura da Resolução do Consun nº 01/2010, de 22 de janeiro de 2010, que “estabelece normas gerais de funcionamento do Trabalho de Conclusão para os cursos de graduação presenciais”, disponível na página de Internet do curso de Ciências Contábeis da UNISINOS.



TERMOS-CHAVE

Artigo científico: apresenta um tema resultante de uma pesquisa científica e se destina à divulgação em periódico científico.

Projeto de pesquisa: é um documento que reúne planos, fases e procedimentos de um processo de investigação científica a ser desenvolvido.

Trabalho de conclusão de curso: trabalho individual de natureza aplicativa, elaborado com a observância de exigências metodológicas, padrões científicos e requisitos técnicos de confecção e apresentação.



REFERÊNCIAS

CONSUN. *Resolução no 01/2010, de 22 de janeiro de 2010*. Estabelece normas gerais de funcionamento do Trabalho de Conclusão para os cursos de graduação presenciais. UNISINOS, 2010.

MATTAR, Fauze N.; FOWLER, Fábio R.; TAVARES, Mauro C.; PIEREN, Roberto W. Redação de Documentos Acadêmicos: conteúdo e forma. *Caderno de Pesquisa em Administração*. São Paulo: FEA/USP, vol. 1, n. 3, 1996, p. 31-66.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. *Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2003.

CAPÍTULO 3

FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA

Este capítulo trata da formalização da pesquisa científica, desde o projeto de pesquisa até a elaboração do trabalho de conclusão de curso. São apresentados modelos de sumários de ambos, bem como são descritos e detalhados os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais de um trabalho de conclusão de curso.

De acordo com Vergara (1997), a pesquisa científica tem uma fase antecedente, que é o projeto de pesquisa, e uma fase consolidadora, que é o trabalho de conclusão de curso ou monografia.

3.1 Projeto de pesquisa (Projeto de TCC)

Um projeto nada mais é do que uma ‘carta de intenções’. Deve-se definir com clareza o problema que motiva a investigação, o referencial teórico que lhe dará suporte, o método de pesquisa a ser empregado, o cronograma para realização da pesquisa e as referências (bibliográficas) utilizadas em sua elaboração.

Um modelo de sumário do projeto de pesquisa (ou de TCC) é apresentado a seguir. O sumário consiste na enumeração do capítulo, dos títulos e subtítulos de cada capítulo do texto e respectivas páginas correspondentes (VERGARA, 1997).

Modelo de SUMÁRIO do Projeto de Pesquisa (ou de TCC)

- 1 INTRODUÇÃO**
- 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA
- 1.2 OBJETIVOS
- 1.2.1 Objetivo Geral**
- 1.2.2 Objetivos Específicos**
- 1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA
- 1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO
- 1.5 ESTRUTURA DO PROJETO

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1
2.1.1
2.1.2
2.2
2.2.1
2.2.2

3 METODOLOGIA

3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA
3.2	DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA (SE FOR O CASO)
3.3	SELEÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA (SE FOR O CASO)
3.4	PLANO DE COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS
3.5	PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS
3.6	LIMITAÇÕES DO MÉTODO

4 CRONOGRAMA

REFERÊNCIAS

APÊNDICE (se for o caso) – Quando elaborado pelo próprio autor do trabalho.

ANEXO (se for o caso) – Quando retirado de outro(s) autor(es).

Os capítulos (por exemplo: 1, 2, 3, 4) e as referências, apêndice e anexo devem ser apresentados em caixa-alta (letras maiúsculas) e em negrito.

Os títulos (por exemplo: 1.1, 1.2, 1.3 etc.) também devem ser apresentados em caixa-alta, porém não negrito.

Os subtítulos (por exemplo: 1.2.1, 1.2.2 etc.) devem ser apresentados em caixa-baixa (letras minúsculas), em negrito, com a primeira letra de cada palavra em maiúscula.

As demais subdivisões (por exemplo: 2.1.1.1, 2.1.1.2 etc.) devem ser apresentadas em caixa-baixa, não negrito, e somente a primeira letra da primeira palavra escrita com letra maiúscula.

3.2 Trabalho de conclusão de curso (ou monografia)

Na elaboração final do Trabalho de Conclusão de Curso ou de Monografia, mantém-

se a estrutura básica do projeto, substituindo o Capítulo 4 – Cronograma, por Capítulo 4 – Apresentação e Análise dos Dados e acrescentando o Capítulo 5 – Conclusão. Um modelo de sumário de TCC ou de monografia pode ser visualizado, a seguir:

Modelo de SUMÁRIO de Trabalho de Conclusão de Curso ou de Monografia

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

1.2.2 Objetivos Específicos

1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

1.5 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA OU TRABALHO

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1

2.1.1

2.1.2

2.2

2.2.1

2.2.2

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

3.2 **POPULAÇÃO E AMOSTRA** (se for o caso)

3.3 **SUJEITOS DA PESQUISA** (se for o caso)

3.4 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

5 CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

APÊNDICE (se for o caso)

ANEXO (se for o caso)

Os capítulos (por exemplo: 1, 2, 3, 4, 5) e as referências, apêndice e anexo devem ser apresentados em caixa-alta (letras maiúsculas) e em negrito.

Os títulos (por exemplo: 1.1, 1.2, 1.3 etc.) também devem ser apresentados em caixa-alta, porém não negrito.

Os subtítulos (por exemplo: 1.2.1, 1.2.2 etc.) devem ser apresentados em caixa-baixa (letras minúsculas), negrito, com a primeira letra de cada palavra em maiúscula.

As demais subdivisões (por exemplo: 2.1.1.1, 2.1.1.2 etc.) devem ser apresentadas em caixa-baixa, não negrito, e somente a primeira letra da primeira palavra escrita com letra maiúscula.

3.3 Estrutura de apresentação

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio da NBR 17724/2005 e NBR 6022/2003, expediu normas para a apresentação de teses, dissertações ou trabalhos acadêmicos. As orientações quanto à apresentação da estrutura e disposição dos elementos básicos adaptados aos Trabalhos de Conclusão de Curso ou Monografias seguem o exposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Disposição dos Elementos

Estrutura	Elemento
Parte externa	Capa (obrigatório)
Pré-textuais	Folha de rosto (obrigatório)
	Errata (opcional)
	Folha de recomendação para a banca (obrigatório)
	Dedicatória (opcional)
	Agradecimentos (opcional)
	Epígrafe (opcional)
	Resumo em língua vernácula (obrigatório)
	Resumo em língua estrangeira (obrigatório) (inglês)
	Lista de tabelas (opcional)
	Lista de ilustrações: gráficos, quadros etc. (opcional)

	Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
	Listas de símbolos (opcional)
	Sumário (obrigatório)
Textuais	Introdução
	Desenvolvimento (referencial teórico, metodologia e análise dos dados)
	Conclusão
Pós-textuais	Referências (obrigatório)
	Apêndice* (opcional)
	Anexo** (opcional)

Fonte: ABNT, NBR 17724/2005; NBR 6022/2003.

* Apêndice consiste em um texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho. Os apêndices são identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e título. Por exemplo: APÊNDICE A – Título (letra minúscula).

** Anexo consiste em um texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração. Os anexos são identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e título. Por exemplo: ANEXO A – Título (letra minúscula).

3.3.1 *Parte externa*

É a parte preliminar do trabalho, em que constam informações que se fazem necessárias para uma melhor caracterização de sua origem e autoria.

De acordo com UNISINOS (2012), têm-se os seguintes elementos:

3.3.1.1 *Capa*

Na capa, devem ser informados:

- instituição (nome da universidade, unidade acadêmica e curso);
- nome do autor;
- título do trabalho e subtítulo (se houver, precedido de dois-pontos);
- número de volumes (se houver mais de um);
- local (cidade);
- data (ano da entrega).

3.3.1.2 *Lombada*

A lombada também é conhecida como dorso. É a parte da capa que serve para reunir as folhas do trabalho (coladas, costuradas etc). Segundo a NBR 12225/2004, o nome do autor e o título do trabalho devem ser impressos longitudinalmente, do alto para o pé da lombada.

3.3.2 Elementos pré-textuais

3.3.2.1 Folha de rosto

Na folha de rosto, devem constar os seguintes dados:

- nome do autor;
- título do trabalho e subtítulo (se houver, precedido de dois-pontos);
- número de volumes (se houver mais de um);
- natureza do trabalho (trabalho de conclusão de curso, monografia) e objetivo (aprovação em disciplina, grau pretendido e outros); nome da instituição à qual é submetido;
- nome do orientador, precedido da palavra “orientador” (titulação, por exemplo: Dr., M s., Esp.);
- coorientador (se houver), também precedido da palavra “coorientador” e sua titulação;
- local (cidade);
- data (ano da entrega).

3.3.2.2 Folha de aprovação

Na folha de aprovação, deve constar o nome do autor, o título e subtítulo do trabalho (por extenso), a natureza, o objetivo, o nome da instituição a que é submetido e a data de aprovação. Esta folha de aprovação não deve ser inserida nos TCC, mas sim entregue à parte.

3.3.2.3 Dedicatória

A dedicatória (opcional) é uma homenagem que o autor presta a uma ou mais pessoas que colaboraram para a elaboração do trabalho. Não há necessidade de escrever a palavra ‘dedicatória’. Para dar destaque, é permitido o uso de outras fontes (itálico).

3.3.2.4 Agradecimentos

O autor pode dirigir agradecimentos (opcional) a pessoas e/ou entidades que realmente contribuíram para a elaboração do trabalho, em ordem hierárquica de importância. Também pode ser utilizada outra fonte para dar destaque (itálico).

3.3.2.5 Epígrafe

Após a página de agradecimentos, o autor pode inserir uma epígrafe, ou seja, uma citação seguida de indicação da autoria e que tem relação com o trabalho que está sendo apresentado. A palavra ‘epígrafe’ não deve ser escrita. Para dar destaque, pode

ser utilizada outra fonte (itálico).

3.3.2.6 *Resumo em português*

A norma para apresentação de resumo (NBR 6028/2003) menciona que no resumo deve ser mencionado o objetivo, a metodologia de pesquisa utilizada, os resultados obtidos e as principais conclusões do trabalho. A norma assinala que o resumo a ser apresentado na elaboração do trabalho de conclusão de curso deve se composto de uma sequência de frases concisas, afirmativas e não de enumeração de tópicos, recomendando-se o uso de parágrafo único, com espaçamento simples entre as linhas. É recomendado o uso do verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. Em termos de extensão, devem ser utilizadas de 150 a 400 palavras.

Logo após o resumo, devem ser apresentadas no máximo cinco palavras-chave, separadas entre si por ponto e finalizando também por ponto. Devem ser palavras significativas retiradas do texto e que visam representar o seu conteúdo. São necessárias para melhor localização nas bibliotecas.

A título de exemplo, apresenta-se um resumo e palavras-chave extraídos de um artigo relacionado com a área de contabilidade denominado “Egressos em Ciências Contábeis: análise do desenvolvimento profissional sob o enfoque da Teoria do Capital Humano”, de autoria de Ieda Margarete Oro, Juliana Naue, Adelaide Lenir Stürmer e Fernando de Brito, publicado na Revista Universo Contábil, v. 6, n. 4, 2010. Mesmo tendo sido retirado de um artigo, serve de modelo para o TCC.

RESUMO

O estudo objetiva investigar o desenvolvimento profissional dos egressos do curso de ciências contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) no que tange à influência do bacharelado sob o enfoque da teoria do capital humano. Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de campo (*survey*) e abordagem quantitativa. A amostra é formada por 144 egressos do curso de ciências contábeis da UNOESC, nos campi de São Miguel do Oeste (SC) e Pinhalzinho (SC). Na coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado com perguntas fechadas, aplicado no período de julho a setembro de 2008. Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos egressos exerce atividade remunerada ligada à área contábil e são empregados no setor privado, e que a universidade foi fundamental para o seu aperfeiçoamento e melhoria da qualidade da vida em sociedade. Relativamente às alterações na vida pessoal e profissional após a obtenção do título de bacharel em ciências contábeis, um dos aspectos mais evidenciados foi o amadurecimento pessoal. Conclui-se, de forma geral, que os egressos obtiveram aperfeiçoamento com a titulação, melhorando o nível de renda, oportunidades de trabalho, competitividade profissional, influenciando positivamente a vida em sociedade, além de se tomarem pessoas mais responsáveis e confiantes.

Palavras-chave: Egressos. Curso de ciências contábeis. Teoria do capital humano.

3.3.2.7 *Lista de ilustrações*

A inclusão da lista de ilustrações é opcional. Quando utilizada, deve seguir a mesma ordem em que estas aparecem no texto (quadros, figuras, gráficos, organogramas etc.), com identificação da palavra designativa conforme o tipo de ilustração. Deve ser mencionada a página em que cada ilustração se encontra no texto.

3.3.2.8 Lista de tabelas

A lista deve obedecer a ordem em que as tabelas aparecem no texto, identificando-se a página em que se encontram no texto.

3.3.2.9 Lista de abreviaturas e siglas

Esta lista também é opcional. Se adotada, deve seguir a orientação mencionada nas listas anteriormente apresentadas.

3.3.2.10 Lista de símbolos

Esta lista também é opcional. Se adotada, deve seguir a orientação mencionada nas listas anteriormente apresentadas.

3.3.2.11 Sumário

O último elemento pré-textual a ser apresentado é o Sumário. Sua inclusão é obrigatória, conforme a NBR 6027/2003. Corresponde à enumeração dos principais capítulos, títulos e subtítulos na mesma ordem em que aparecem no trabalho. Após cada item, deve ser mencionada a página onde se encontra no trabalho.

3.3.3 Elementos textuais

Os elementos textuais compõem o texto e compreendem: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Tanto na elaboração do projeto como na elaboração do trabalho de conclusão ou monografia, a estrutura a ser seguida deve conter, seguindo a estrutura do Sumário anteriormente apresentado.

3.3.3.1 Introdução

Colocar um breve texto mencionando os elementos que compõem este capítulo do Projeto ou do TCC.

3.3.3.1.1 Contextualização do tema e problema

Na contextualização do tema, o autor deve situar o leitor acerca do tema desenvolvido no corpo do texto e destina-se a aguçá-lo a sua curiosidade. Deve ser curta,

proporcional ao número de páginas do trabalho. Normalmente termina com a formulação do problema, sob a forma de pergunta (VERGARA, 1997).

O problema de pesquisa tem como antecedente a escolha do tema, ou seja, o que se pretende abordar. “O tema é um aspecto ou uma área de interesse de um assunto que se deseja provar ou desenvolver. Escolher um tema significa eleger uma parcela delimitada de um assunto, estabelecendo limites ou restrições para o desenvolvimento da pesquisa pretendida” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 30).

Para a definição do tema contribuem a observação do cotidiano, a experiência profissional, programas de pesquisa, contato e relacionamento com especialistas, pesquisas já realizadas e estudo de literatura especializada (BARROS; LEHFELD, 1999 *apud* SILVA; MENEZES, 2001).

Outro aspecto a considerar na escolha do tema é a sua atualidade e relevância; o conhecimento que se tenha respeito; além da preferência e aptidão pessoal para lidar com o mesmo. Uma vez definidos estes pontos, pode-se partir para o levantamento e análise da literatura já publicada sobre o tema.

Gil (1999, p. 48) menciona que o problema “é qualquer questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento”. Segundo Silva e Menezes (2001, p. 80), “é uma questão que a pesquisa pretende responder. Todo o processo de pesquisa irá girar em torno de sua solução.”

Na formulação de um problema, segundo Martins e Théophilo (2007), o investigador deve responder às questões: O que fazer? Por que fazer? Os autores argumentam que dificilmente se formula um problema que não é modificado ao longo do processo de investigação, uma vez que não se trata de tarefa fácil.

Algumas regras práticas para formulação do problema são apresentadas por Vergara (1997, p. 22-23):

- verificar se o que se pensou é realmente um problema científico;
- deve ser formulado sob a forma de pergunta;
- a pergunta deve ser redigida de forma clara e concisa;
- deve ser definido de tal forma que a solução seja possível;
- deve apresentar referências empíricas;
- deve ser colocado dentro de um tamanho que contribua para a factibilidade da solução.

Um exemplo de contextualização do tema e problema foi obtido na dissertação “*Divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente: uma análise dos fatores diferenciadores*”, defendida, em 2010, por Fernando Quaresma Coelho, no Programa de Pós-graduação, Mestrado em Ciências Contábeis na UNISINOS (COELHO, 2010, p. 11-13).

A importância da divulgação de informações ambientais por parte das empresas tem sido tema comumente observado em pesquisas na área de contabilidade. A relevância dessa temática se vê impulsionada pela crescente demanda de informações por parte de seus usuários, acerca da atuação das empresas em relação ao meio ambiente.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004), a contabilidade entendida como o principal meio de comunicação entre a empresa e seus usuários deve responder a este novo desafio por meio da divulgação de informações ambientais que atendam as necessidades destes usuários, subsidiando assim seu processo decisório, bem como revelem o cumprimento de sua obrigação com a sociedade no que tange à responsabilidade social e ambiental.

A demanda por este tipo de informação surge da consciência ecológica adquirida por seus usuários, como também pela crescente degradação ambiental causada pelas empresas, cujos impactos se refletem tanto na sociedade, como no seu resultado e na sua situação patrimonial e financeira.

Nesse contexto, Ponte e Oliveira (2004) destacam que as informações de natureza obrigatória, divulgadas nas demonstrações contábeis tradicionais, parecem não mais atender as necessidades dos usuários no seu processo decisório, fazendo com que as empresas se vejam obrigadas a divulgar informações de natureza voluntária, como as informações ambientais, tanto em notas explicativas como no relatório da administração, visando suprir estas necessidades.

No entanto, Costa e Marion (2007) ressaltam a importância da segregação das informações ambientais nas demonstrações contábeis tradicionais, pois na maioria das vezes estas informações são evidenciadas em conjunto com as informações financeiras e operacionais. Esta segregação torna-se necessária, pois possibilita a comparação e o acompanhamento dos resultados em diversos períodos e entre empresas, proporcionando assim informações de maior qualidade para o processo decisório de seus usuários.

[...]

Mesmo que a evidenciação esteja relacionada positivamente ao desenvolvimento do mercado de capitais e à valorização das empresas, contribuindo para a liquidez das ações e a redução do custo de capital, as empresas têm se limitado às exigências legais e regulamentares sob argumentos de proteção às informações de natureza estratégica e receios de questionamentos jurídicos ou controle de custos (DANTAS *et al.*, 2005).

Segundo a Teoria do *Disclosure* Voluntário de Verrecchia (2001), outro aspecto relacionado à divulgação de informações ambientais é o de que os benefícios gerados pela divulgação destas informações superem seus custos. Como esta divulgação gera custos e o seu objetivo é maximizar o valor da empresa, os gestores tendem a divulgar somente informações que geram crédito às mesmas, enquanto as informações que geram descrédito não são evidenciadas.

Por outro lado, os gestores podem divulgar informações voluntárias desfavoráveis a respeito da empresa, quando acreditarem que poderão sofrer alguma penalidade por parte de seus usuários caso não as divulguem, pois, de acordo com Verrecchia (2001), o investidor racional interpreta a informação não divulgada como uma informação desfavorável a respeito da empresa.

Muitas empresas brasileiras de capital aberto estão divulgando informações de cunho ambiental, conforme observado nos trabalhos de Nossa (2002); Calixto (2006); Rover *et al.* (2008); Braga, Oliveira e Salloti (2009). Portanto, há evidências empíricas que comprovam a divulgação de informações ambientais nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de companhias brasileiras de capital aberto, o que gera questionamentos acerca dos determinantes que motivam estas empresas a divulgarem voluntariamente este tipo de informação.

Considerando o contexto exposto, e visando contribuir com os estudos sobre a divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente, a presente pesquisa visa responder ao seguinte

questionamento: quais são os fatores diferenciadores do nível de divulgação de informações voluntárias sobre meio ambiente por companhias brasileiras de capital aberto pertencentes a setores de alto impacto ambiental?

Algumas pessoas já estão com seu problema de pesquisa claramente definido, como decorrência normal de sua experiência pessoal/profissional. Quando tal não ocorre, pode-se recorrer a:

- reflexão;
- analogias;
- observação documental como: livros, revistas (mercado de ideias);
- descoberta repentina, casual;
- seminários etc.

No final da Introdução, logo após a identificação do problema, devem ser informados: o objetivo geral e os objetivos específicos, bem como a delimitação do tema, a relevância do estudo e a estrutura do trabalho.

3.3.3.1.2 Objetivos

a) Objetivo Geral

O objetivo geral é o resultado que se espera alcançar. Se alcançado, dá resposta ao problema. Deve ser redigido com verbo no infinitivo (VERGARA, 1997). Considerando o exemplo de problema apresentado anteriormente, o objetivo geral correspondente seria: Analisar os fatores diferenciadores do nível de divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente por companhias brasileiras de capital aberto pertencentes a setores de alto impacto ambiental.

Segundo Silva (2003, p. 57-58), ao elaborar-se o objetivo geral é importante identificar o estágio e verificar que verbos melhor se aproximam. Assim, por exemplo:

- *estágio de conhecimento*: citar, classificar, conhecer, definir, descrever, identificar, reconhecer, relatar;
- *estágio de compreensão*: compreender, concluir, deduzir, demonstrar, determinar, diferenciar, discutir, interpretar, localizar, reafirmar;
- *estágio de aplicação*: aplicar, desenvolver, empregar, estruturar, operar, organizar, praticar, selecionar, traçar;
- *estágio de análise*: analisar, comparar, criticar, debater, diferenciar, discriminar, examinar, investigar, provar;
- *estágio de síntese*: compor, construir, documentar, especificar, esquematizar, formular, produzir, propor, reunir, sintetizar;
- *estágio de avaliação*: argumentar, avaliar, contrastar, decidir, escolher, estimar,

julgar, medir, selecionar.

Um exemplo de redação de um objetivo geral foi obtido na dissertação de Charline Barbosa Pires defendida, em 2008, no Programa de Pós-graduação, Mestrado em Ciências Contábeis na UNISINOS (PIRES, 2008, p.17-18). A partir do problema enunciado: “Existe alinhamento entre a formação e a demanda do mercado de trabalho do contador na Região Metropolitana de Porto Alegre?”, o objetivo geral correspondente é: “analisar se as necessidades do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, expressas nas ofertas públicas de anúncios de emprego, são atendidas pelos currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das instituições de ensino superior que atuam nesta região.”

b) Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são metas que, uma vez atingidas, permitem alcançar o objetivo geral. Relacionam-se diretamente com os temas desenvolvidos no Referencial Teórico, de tal forma que “cada um dos objetivos específicos será uma parte distinta da futura redação do texto que será produzido” (SILVA, 2003, p. 58), bem como com a pesquisa propriamente dita. Também devem ser redigidos com verbo no infinitivo (VERGARA,1997).

Considerando o exemplo de objetivo geral apresentado no tópico anterior, os objetivos específicos são (PIRES, 2008, p.18):

b) Objetivos Específicos

- a. contextualizar o mercado de trabalho do profissional contábil e o ensino superior de contabilidade;
- b. descrever os conhecimentos, habilidades e atitudes requeridos dos profissionais contábeis pelas empresas da Região Metropolitana de Porto Alegre;
- c. identificar as qualificações desenvolvidos nos estudantes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis de IES da Região Metropolitana de Porto Alegre.

3.3.3.1.3 Delimitação do tema

Para delimitar o tema, faz-se necessário, segundo Gil (2004), observar o critério espacial, isto é, delimitar o local onde o fenômeno em estudo ocorre. Por exemplo, um estudo que se destina a tratar da violência urbana, pode ser desenvolvido em um determinado município, uma região metropolitana, outra região qualquer. Nesse caso, o parâmetro espacial determinado terá implicação no resultado dos dados obtidos e, conseqüentemente, na conclusão do estudo. Outro critério a ser considerado é o temporal, o período a que se refere o estudo. Pode ser o tempo presente ou tempo

passado (no caso de estudos de cunho histórico). Também pode ser feita referência à população a ser estudada.

Ainda seguindo no exemplo já mencionado, obtido na dissertação de Charline Barbosa Pires, tem-se como delimitação do estudo (PIRES, 2008, p.18-19):

3.3.3.1.3 Delimitação do tema

Este estudo examina as ofertas públicas de emprego para profissionais que concluíram o curso superior de Ciências Contábeis ou o estão cursando, na Região Metropolitana de Porto Alegre, divulgadas em jornais de grande circulação e *sites* de empresas de recolocação, veiculadas durante o período de janeiro a setembro de 2007. Portanto, profissionais de outras áreas ou técnicos em contabilidade estão fora deste estudo, assim como profissionais autônomos, empresários de contabilidade, professores universitários e funcionários públicos.

[...]

Por fim, também não está no escopo do estudo a efetiva aplicação dos conteúdos que compõem as grades curriculares dos cursos; nem avaliar os métodos pedagógicos adotados pelos educadores; o corpo docente; a estrutura das IES e as características dos alunos que nelas estudam [...] verificando-se a qualidade do ensino contábil sob o aspecto da aderência ou não entre o currículo e as exigências do mercado de trabalho.

3.3.3.1.4 Relevância do estudo

A relevância se refere à contribuição da pesquisa para a área de conhecimento e para a sociedade de modo geral. Corresponde à relevância científica e a relevância social.

Um exemplo de relevância foi obtido na dissertação “A formação e a demanda do mercado de trabalho do contador na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS)”, defendida, em 2008, por Charline Barbosa Pires, no Programa de Pós-graduação, Mestrado em Ciências Contábeis na UNISINOS (PIRES, 2008, p. 19-20).

3.3.3.1.4 Relevância do estudo

Nos últimos anos, a oferta de cursos de graduação em Ciências Contábeis apresentou um crescimento significativo, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil

Ano	1973	1976	1986	1996	2002	2007
Número de Cursos	131	166	194	384	641	1002

Fonte: MEC/INEP (2007a).

O aumento na oferta de vagas, além de tornar o mercado das IES mais competitivo, tem originado discussões sobre a qualidade do ensino contábil ofertado, considerando-se que a qualidade dos cursos ministrados está relacionada à capacidade das IES de oferecer meios e recursos para que as competências requeridas pelo mercado sejam desenvolvidas. Isso torna este

estudo relevante, na medida em que se avalia, ainda que com base na análise dos currículos, o ensino de contabilidade e se identificam as possíveis lacunas existentes entre a demanda dos empregadores e a oferta das IES, apontando para a necessidade de mudanças.

Embora não se tenha realizado uma análise profunda dos currículos e técnicas pedagógicas adotadas nas IES, os resultados desta pesquisa oferecem subsídios aos responsáveis pelo processo de ensino contábil, ao conhecer o perfil do profissional de contabilidade requerido pelo mercado para:

- a. a introdução de ajustes necessários na grade curricular, visando à adequação à realidade do mercado, melhorando, assim, a qualidade do curso ofertado;
- b. a oferta de cursos de especialização e extensão focados em certas áreas de conhecimento;
- c. o desenvolvimento de cursos específicos com a finalidade de suprir a carência de profissionais especializados em determinados nichos do mercado.

Adicionalmente, informações que permitam ajustes nas grades curriculares são oportunas, pois o Parecer CNE/CES nº 184/2006 prevê a ampliação da carga horária mínima dos cursos de Ciências Contábeis de 2.400 para 3.000 horas-aula, demandando decisões relacionadas à inclusão de mais disciplinas.

Para aqueles que pretendem atuar na área contábil, a pesquisa pode ser útil no momento da escolha da IES, pois, embora existam instrumentos de avaliação da qualidade dos cursos de Ciências Contábeis pelo MEC, os resultados não garantem que os egressos possuam as qualificações requeridas pelas empresas. Desta forma, conhecendo as necessidades do mercado, o futuro profissional pode identificar, entre as várias opções disponíveis, o curso cuja grade curricular apresente mais aderência a estas necessidades.

3.3.3.1.5 Estrutura do trabalho

Neste tópico se descreve, brevemente, como está estruturado o trabalho considerando os capítulos que o compõem. Por exemplo:

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução, onde se contextualiza o tema e se enuncia o problema, seguindo-se os objetivos, delimitação do tema e relevância do estudo. No segundo capítulo, é apresentado o referencial teórico [...].

3.3.3.2 *Desenvolvimento*

Trata-se da parte principal e mais extensa do trabalho. No desenvolvimento são expostos: (a) referencial teórico; (b) a metodologia; (c) a apresentação e análise dos dados da pesquisa realizada. O desenvolvimento é dividido em seções e subseções, como consta na NBR 6024/2003 e conforme é apresentado a seguir (do tópico 3.3.3.2.1 ao 3.3.3.2.5 – e respectivas subdivisões).

3.3.3.2.1 Referencial Teórico

Segundo Vergara (1997), o referencial teórico tem por objetivo apresentar os

estudos sobre o tema, ou especificamente sobre o problema, já realizados por outros autores. É uma revisão da literatura.

- Tem ainda as seguintes funções:
- permitir ao autor maior clareza na formulação do problema de pesquisa;
- facilitar a formulação de hipóteses;
- sinalizar para o método mais adequado à solução do problema;
- permitir a identificação de qual o procedimento mais adequado para coleta e tratamento dos dados.

Os insumos para a sua construção podem ser obtidos:

- em livros, periódicos, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e outros materiais escritos;
- na mídia eletrônica;
- com outras pessoas.

É importante ler os autores clássicos e bibliografia mais recente (últimos cinco anos), dando especial atenção para artigos sobre o tema publicados em periódicos científicos da área contábil, pois, via de regra, tratam-se de artigos teórico-empíricos onde são analisados resultados de pesquisas já realizadas, os quais podem ser comparados com os resultados obtidos na própria pesquisa elaborada no projeto.

Deve-se fazer o levantamento da bibliografia sobre o tema, selecionando as obras que, *a priori*, parecem pertinentes. Ler o sumário ou resumo das mesmas para abandonar as que não agregarão valor à solução do problema. Verificar, também, as referências (bibliográficas) destas obras para a descoberta de outras obras.

Ler com profundidade as obras já filtradas. Recomenda-se elaborar “fichas de leitura” registrando as informações consideradas mais importantes que foram recolhidas sobre o conteúdo dos textos examinados. Nesse caso, devem ser levados em consideração aspectos como: anotar nome e sobrenome do autor, nome da obra, local, editora, ano da publicação, número da página da qual foi transcrita a informação. Se a anotação é transcrição de algum trecho da obra, colocá-la entre aspas, para mais tarde lembrar-se desse fato. Eventuais comentários devem ser colocados entre parênteses.

Recomenda-se que o referencial teórico seja dividido em seções, cada uma com seu título.

Indicação de fontes primárias ou secundárias no texto

a) Citações

As orientações sobre a apresentação de citações na elaboração do projeto ou TCC estão previstas na NBR 10520/2002.

As citações são elementos extraídos dos textos pesquisados durante a leitura. Trata-se de menção no texto que se está elaborando de uma informação extraída das fontes consultadas. Podem ser de dois tipos:

Direta – é transcrição textual de parte da obra do autor consultado. É a reprodução literal das palavras do texto citado *ipsis litteris*. Aconselha-se um uso comedido deste tipo na redação do referencial teórico. Nas citações diretas, deve se mencionar autor, ano, página.

Exemplo de uma citação direta:

De acordo com Melo Neto e Froes (1999, p. 96), “a elevada consciência social de uma empresa, o exercício pleno de sua cidadania empresarial e o volume dos seus investimentos sociais constituem o que se denomina tripé da autopreservação empresarial.”

As citações diretas que integram o texto de até três linhas devem estar contidas entre aspas duplas. As citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, escritas com letra menor que a do texto utilizado (fonte tamanho 10), apresentadas em espaço simples e sem aspas. Por exemplo:

Segundo a Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2001, p. 12),

A responsabilidade social de uma empresa ultrapassa a esfera da própria empresa e estende-se à comunidade local, envolvendo, para além dos trabalhadores e acionistas, um vasto espectro de outras partes interessadas: parceiros comerciais e fornecedores, clientes, autoridades públicas e ONG que exercem sua atividade junto às comunidades locais ou no domínio do ambiente.

Se a citação direta for uma tradução de texto escrito em língua estrangeira, deve-se incluir após a chamada da citação a expressão ‘tradução nossa’, entre parênteses. Como nota de rodapé, o texto deve ser apresentado na língua original.

Indireta ou paráfrase – é o texto baseado na obra do autor consultado, expressado de maneira diferente do que foi dito pelo autor, em frase sinônima de outra (uso de palavras próprias).

Na apresentação das citações, as chamadas pelo sobrenome do autor devem ser em letras minúsculas (sendo a primeira letra do sobrenome maiúscula), e quando o autor é mencionado entre parênteses todo o sobrenome deve ser escrito com letra maiúscula (caixa-alta). Se houver até três autores, os sobrenomes devem ser separados por ponto-e-vírgula. Nas citações indiretas, deve-se mencionar autor e ano (a indicação da página é opcional). Um exemplo de transcrição indireta ou paráfrase com indicação dos autores no início da frase seria:

Para Alvarez e Martinez (2006), quando os objetivos da responsabilidade social empresarial são incorporados aos objetivos da empresa, estes podem ser alcançados de forma mais eficiente.

A mesma citação indireta poderia ser apresentada da seguinte forma:

Quando os objetivos da responsabilidade social empresarial são incorporados aos objetivos da empresa, estes podem ser alcançados de forma mais eficiente (ALVAREZ; MARTINEZ, 2006).

b) Sistemas de Chamada

Nos trabalhos científicos, podem ser utilizados dois sistemas de chamada. O sistema numérico, que consiste na citação numerada no texto, em sequência, e fonte indicada em nota de rodapé ou no final de cada capítulo; e sistema autor-data, ou seja, citação acompanhada no próprio texto com indicação do autor e data da obra citada (adotada nos TCC da área econômica). Exemplo: (ALVAREZ; MARTINEZ, 2006) em indiretas/paráfrases, ou (ALVAREZ; MARTINEZ, 2006, p. 18) em citações diretas ou literais.

c) Formas de apresentação das citações

Nos casos em que estão sendo utilizados textos de uma obra escrita por até três autores, indica-se o sobrenome dos três, separados por ponto e vírgula. Por exemplo: (MELO NETO; FROES, 1999, p. 96), quando os autores são identificados no final do parágrafo. Quando os autores são identificados no início do parágrafo, tem-se, por exemplo: Segundo Melo Neto e Froes (1999, p. 96), [...].

Caso a obra consultada tenha sido escrita por quatro ou mais autores, indica-se apenas o sobrenome do primeiro autor, acrescentando-se a expressão *et al.* (que significa e outros). Por exemplo: (BASTOS *et al.*, 1998, p. 85), ou [...] Segundo Bastos *et al.* (1998, p. 85).

Se houver a coincidência de se estar utilizando dois livros cujo sobrenome dos autores é o mesmo e editados na mesma data, deve-se colocar após o sobrenome de cada autor a primeira letra do seu nome. Por exemplo: (CHAVES, F., 1992); (CHAVES, C., 1992).

Também é comum, no caso de periódicos, um determinado autor publicar diversos artigos num mesmo ano. Nesse caso, deve-se colocar letras do alfabeto ao lado do ano, iniciando com a letra “a” o primeiro artigo publicado e assim por diante. Por exemplo: (CAMARGO, 1999a); (CAMARGO, 1999b).

Quando mais de um autor desenvolve a mesma ideia que será parafraseada no texto, ambos devem ser mencionados. Quando forem mencionados no início do parágrafo,

identificar cada autor seguido do ano da obra entre parênteses. Por exemplo: Melo Neto e Froes (1999) e Alvarez e Martinez (2006) mencionam que [...]. Quando forem mencionados no final do parágrafo, ambos aparecerão entre parênteses, seguidos pelo ano após vírgula e separados por ponto e vírgula. Exemplo: A responsabilidade social empresarial [...] (MELO NETO; FROES, 1999; ALVAREZ; MARTINEZ, 2006).

Quando o autor que se está consultando fizer referência a outro autor, deve-se indicar o autor original seguido da expressão em latim ‘*apud*’ (que significa citado por). Exemplos:

- ➔ Segundo Marion (1998 *apud* IUDÍCIBUS; MARION, 2002) a investigação contábil, a contabilidade ecológica, a auditoria ambiental, a contabilidade estratégica e a contabilidade prospectiva são campos de atuação promissores para o profissional contábil.

d) Detalhes de apresentação

Todo o texto deve ser digitado com espaço entrelinhas de 1,5. Os títulos das subseções devem ser separados do texto que os precede e os sucede por dois espaços duplos. As notas, referências, legendas de ilustrações e tabelas devem ser digitados em espaço simples.

A configuração das páginas deve obedecer ao seguinte formato: margem superior e margem esquerda, três centímetros da borda; margem inferior e margem direita, dois centímetros da borda (NBR 14724/2011).

e) Outros elementos

Tanto na elaboração do projeto como do trabalho de conclusão também devem ser considerados:

Tabelas

De acordo com Bastos *et al.* (1998), as tabelas permitem uma apresentação mais rápida dos dados que uma descrição textual dos mesmos. Para o IBGE (1993, p. 5), tabela é a “forma não discursiva de apresentar informações, das quais o dado numérico se destaca como informação central.”

Os conceitos e procedimentos aplicáveis à elaboração de tabelas de dados numéricos estão contidos nas Normas de Apresentação Tabular, de 1993, de responsabilidade do IBGE e endossadas pela ABNT.

As principais orientações contidas nas normas do IBGE para a apresentação de tabelas são:

- no topo deve constar a palavra Tabela, seguida de algarismo arábico e do título indicativo da natureza e abrangência geográfica e temporal dos dados numéricos. O título deve ser separado do algarismo arábico por um hífen (-);
- deve ter, no mínimo, três traços horizontais paralelos, para separar o topo, o espaço do cabeçalho e o rodapé. Portanto, não deve ter traços verticais que a delimitam à esquerda e à direita e nem traços horizontais entre as linhas dos dados numéricos;
- deve ter a unidade de medida inscrita no espaço do cabeçalho ou colunas indicadoras, indicada entre parênteses (1.000,00 R\$), (%), (t/km), (1,00 R\$), (m);
- deve ter fonte, inscrita a partir da primeira linha do rodapé, identificando o responsável pelos dados numéricos, precedida a palavra “Fonte:”. Quando os dados numéricos obtidos da fonte forem transformados, indica-se o responsável pela adaptação (por exemplo: dados adaptados por [...]). Quando a tabela é elaborada pelo próprio autor do trabalho, menciona-se na fonte: elaborada pelo autor;
- informações adicionais devem ser feitas em nota inscrita no rodapé logo após a fonte;
- série temporal consecutiva deve ser apresentada por seus pontos inicial e final, ligados por hífen (-). Exemplo, 2000-2002 (são dados de 2000, 2001, 2002);
- série temporal não consecutiva deve ser apresentada por seus pontos inicial e final ligados por barra (/). Exemplo: JUL 1999/JUN 2002;
- a tabela que ultrapassar as dimensões da página deve ser apresentada em duas ou mais partes, repetindo-se o topo e cabeçalho em cada parte, indicando sobre o cabeçalho, à direita, “continua” para a primeira parte, “continuação” na segunda e “conclusão” na última parte. Recomenda-se elaborar a tabela em uma única página;
- obedecer à uniformidade gráfica nos corpos e tipos de letras e números, no uso de maiúsculas e minúsculas. Na digitação das legendas, utilizar o tamanho de fonte menor que a do texto (texto 12, legendas, fonte, notas 10).

Um exemplo de tabela foi obtido em Pires (2008, p. 124).

Tabela 2 – Descrição dos cargos ofertados nas vagas destinadas ao nível de gerência

Descrição do Cargo	Total de ofertas	
	Freq.	%
Gerente Contabilidade/Contador	55	39,3
Gerente Controladoria Controller	31	22,1
Gerente, Diretor Administrativo/Financeiro	31	22,1

Gerente de Negócios	09	6,4
Gerente Fiscal Tributário	03	2,1
Outros Cargos de Gerência	11	7,9
Total	140	100,0

Fonte: elaborada pelo autor.

Ilustrações

Ilustração é todo o desenho, gravura ou imagem que acompanha um texto e nele mencionada, podendo ser constituída por *desenho, esquema, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outros*. A sua identificação é colocada na parte superior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, do respectivo título e/ou legendas. A ilustração deve ser inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere (NBR 14724/ 2011). Nos trabalhos da área contábil, prevalecem as apresentações de gráficos e quadros.

Um exemplo de gráfico (Gráfico 1) foi obtido na dissertação “Informações Contábeis Voluntárias e as Recomendações de Investimentos em Ações”, defendida, em 2010, por Márcia Borges Umpierre, no Programa de Pós-graduação, Mestrado em Ciências Contábeis na UNISINOS (UMPIERRE, 2010, p. 98).

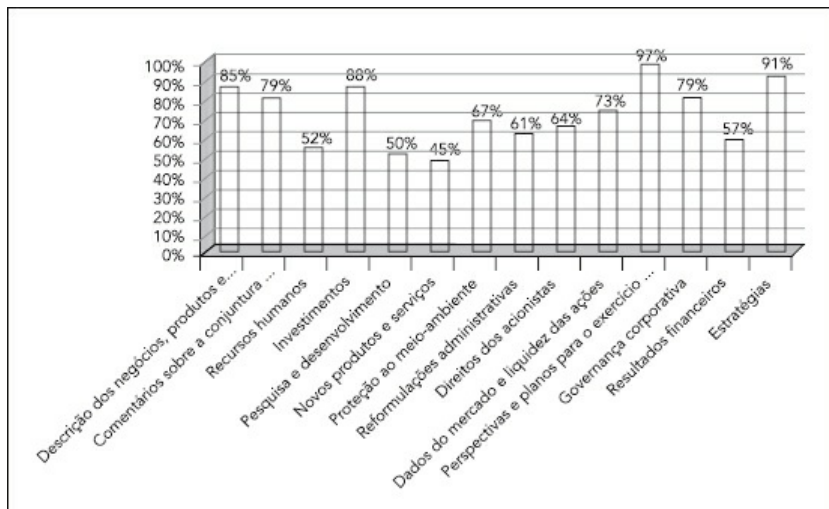


Gráfico 1 – Nível de Evidenciação por Categoria nos RA's.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadros

As tabelas conjugam palavras e números. Já os quadros contêm apenas palavras. Objetivam facilitar a comunicação de informações não numéricas, relacionadas a pelo menos duas variáveis. Os quadros são antecipados ou seguidos por comentários que complementam seus conteúdos.

Um exemplo de quadro (Quadro 2) foi obtido em Pires (2008, p. 86).

Quadro 2 – Currículo do curso de Ciências Contábeis

Categoria	Conteúdo
Categoria I – Conteúdos de Formação Básica	Estudos relacionados com outras áreas do conhecimento: <ul style="list-style-type: none">➔ Administração;➔ Economia;➔ Direito;➔ Métodos Quantitativos;➔ Estatística.
Categoria II – Conteúdos de Formação Profissional	<ul style="list-style-type: none">➔ Estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade;➔ Noções de:<ul style="list-style-type: none">• Atividades atuariais;• Quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais;• Auditoria;• Perícia;• Arbitragem;• Controladoria, aplicáveis tanto no setor público quanto privado.
Categoria III – Conteúdos de Formação Teórico-prática	<ul style="list-style-type: none">➔ Estágio curricular supervisionado;➔ Atividades complementares;➔ Estudos independentes;➔ Conteúdos optativos;➔ Práticas em laboratórios de informática, utilizando <i>softwares</i> atualizados para Contabilidade.

Fonte: o autor com base na Resolução CNE/CES n. 10/2004.

Alíneas

Normalmente utilizam-se alíneas quando se quer indicar itens importantes, mas que não possuem título. De acordo com UNISINOS (2012, p. 27), as regras e apresentação das alíneas devem obedecer à seguinte orientação:

- a) a frase final da seção correspondente, anterior às alíneas, termina em dois pontos;
- b) a matéria da alínea começa por letra minúscula e termina em ponto-e-vírgula;
- c) as alíneas são ordenadas por letras minúsculas seguidas de parênteses;
- d) as letras indicativas das alíneas são reentradas em relação à margem esquerda.

As alíneas são ordenadas por letras minúsculas, seguidas de parênteses, isto é: a), b), c). O texto da alínea começa por letra minúscula e termina em ponto-e-vírgula, exceto a última informação, que termina em ponto.

Como exemplo de alíneas tem-se:

O ano de 1969, segundo Guimarães (2006), foi marcado por três acontecimentos:

- a) a publicação do Decreto-lei nº 486, que determinou que todos os comerciantes deveriam seguir uma ordem uniforme de escrituração, mecanizada ou não;
- b) a publicação do Decreto nº 64.567, que regulamentou o Decreto-lei nº. 486 e estabeleceu que nas localidades onde não houvesse contabilistas habilitados a escrituração deveria ser realizada pelo comerciante ou por uma pessoa designada por ele;
- c) a promulgação do Decreto-lei no 1.040, que, entre outras determinações, regulava a eleição dos membros do CFC e dos CRC, e determinava a elaboração do Código de Ética Profissional dos Contabilistas.

Subalíneas

Segundo UNISINOS (2012, p. 27), deve se iniciar o texto de uma subalínea com um travessão, seguido de espaço, utilizando letra minúscula e terminando com ponto-e-vírgula. A última subalínea deve terminar com ponto final e apresentar recuo em relação à alínea. A segunda e as seguintes linhas do texto da subalínea começam sob a primeira letra do texto da própria subalínea.

Indicativo de seção/capítulo

O indicativo numérico de uma seção precede seu título, alinhado à esquerda e separado por um espaço de caractere.

Os títulos, sem indicativo numérico (agradecimentos, listas de tabelas, resumo, sumário, lista de ilustrações, errata, apêndice, anexo, índice, referências, glossário), devem ser centralizados.

A dedicatória e epígrafe são elementos apresentados sem título e sem indicativo numérico.

Paginação

A contagem das folhas do trabalho inicia com a folha de rosto e segue sequencialmente até a última folha do trabalho, inclusive apêndices e anexos.

A numeração é colocada, a partir da segunda folha do texto (introdução), em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a dois centímetros da borda superior, ficando o último algarismo a dois centímetros da borda direita da folha.

Exemplo de Referencial Teórico

No **Anexo A**, se apresenta um exemplo de referencial teórico obtido no artigo “A formação do contador e a demanda do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RS)”, de autoria de Charline Barbosa Pires, Ernani Ott e Claudio Damacena, publicado na *Revista BASE*, vol. 7, n. 4, out.-dez. 2010, p. 315-327.

3.3.3.2.2 Metodologia

O autor deve colocar um texto explicativo dos elementos que são apresentados nesse capítulo.

a. Classificação da pesquisa

O autor deve informar a classificação da pesquisa, bem como sua conceituação e justificativa em razão da investigação específica. De acordo com Silva e Menezes (2001) e Gil (1999), as pesquisas podem ser classificadas quanto à natureza, forma de abordagem do problema, objetivo e procedimento técnico.

➔ Quanto à Natureza

Quanto à natureza das pesquisas, pode ser: básica ou pura e aplicada.

Pesquisa básica ou pura

Objetiva gerar conhecimentos científicos novos que sejam úteis para o avanço da ciência, sem se preocupar com a sua aplicação e consequências práticas.

Pesquisa aplicada

A pesquisa aplicada se beneficia das descobertas obtidas no desenvolvimento da pesquisa pura. No entanto, o seu objetivo é gerar conhecimentos destinados à aplicação prática, visando solucionar problemas específicos, ou seja, visa à aplicação imediata em determinada realidade circunstancial. As pesquisas aplicadas são adotadas por pesquisadores da área contábil, entre outras, que compreendem as ciências sociais aplicadas.

→ Quanto à Forma de Abordagem do Problema

O problema a ser respondido com uma pesquisa pode ser abordado de forma quantitativa ou qualitativa.

Pesquisa quantitativa

Na pesquisa quantitativa, considera-se que tudo pode ser quantificado, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (% , média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc).

Na maioria dos trabalhos de conclusão da área de ciências contábeis, os dados têm sido organizados, sumariados e descritos, o que caracteriza a denominada estatística descritiva. Mediante a construção de gráficos, tabelas e cálculo de medidas, considerando uma coleção de dados numéricos (por exemplo, idades dos alunos de uma classe), é possível compreender melhor o comportamento da variável expressa no conjunto de dados que estão sendo analisados (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa se caracteriza por não requerer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Em geral, os dados são analisados de forma indutiva. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Algumas características da pesquisa qualitativa são descritas por Martins e Théophilo (2007), a saber:

- *os dados coletados são descritivos na sua maioria*: descrição de pessoas, situações, ocorrências, reações, inclusive transcrições de relatos. Os autores assinalam que qualquer detalhe pode ser essencial para o entendimento da realidade;
- *preocupação com o processo e não somente com os resultados e o produto*: diversos fatores estão implicados no comportamento de um determinado

fenômeno. Isso faz com que seja necessário verificar como eles se manifestam nas atividades, procedimentos e em suas interações com outros fatores;

- *análise indutiva dos dados*: significa que os dados são analisados à medida que são coletados, levando a abstrações;
- *preocupação com significado*: o pesquisador deve capturar a perspectiva dos participantes que estão envolvidos com o estudo. “Dessa forma, ou seja, ao considerar diversos pontos de vista, o pesquisador será capaz de entender melhor o dinamismo entre os elementos que interagem com o objeto da pesquisa” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 136).

Os autores indicam como exemplos de dados qualitativos:

- descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos;
- citações diretas de pessoas sobre suas experiências;
- trechos de documentos, registros, correspondências;
- gravações ou transcrições de entrevistas e discursos;
- dados com maior riqueza de detalhes e profundidade;
- interações entre indivíduos, grupos e organizações.

Martins e Theóphilo (2007) apresentam as principais características dos paradigmas qualitativo e quantitativo (Quadro 3).

Quadro 3 – Características dos paradigmas qualitativo e quantitativo

Paradigma Qualitativo	Paradigma Quantitativo
1. Preferência por avaliações qualitativas.	1. Preferência por avaliações quantitativas.
2. Preocupado em entender, compreender e descrever os comportamentos humanos através de um quadro de referência.	2. Procura dos fatos e causas do fenômeno social, através de medições de variáveis.
3. Enfoque fenomenológico.	3. Enfoque lógico-positivista.
4. Sistemas de descrições não controladas, observação natural.	4. Sistemas de medições controladas.
5. Subjetivo: perspectiva interior perto dos dados.	5. Objetivo: perspectiva externa, distanciamento dos dados.
6. Profundo: orientado para a descoberta, exploratório, descritivo, indutivo.	6. Superficial, orientado para a verificação: reducionista, baseado na inferência hipotético-dedutiva.
7. Orientado para o processo.	7. Orientado para o resultado.
8. Holístico: visa a síntese.	8. Particularizado: visa a análise.

Fonte: Martins e Theóphilo (2007, p. 137).

➔ Quanto ao Objetivo

Quanto ao objetivo, a pesquisa pode ser: exploratória, descritiva ou explicativa.

Pesquisa exploratória

Uma pesquisa é exploratória quando visa “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1999, p. 43). Normalmente, este tipo de pesquisa é desenvolvido quando o tema objeto de estudo é ainda pouco explorado, dificultando a formulação de hipóteses precisas e que sejam operacionalizáveis. Portanto, visam proporcionar ao pesquisador maior familiaridade com o problema. Geralmente, este tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico; levantamento documental; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Muitas vezes representa a primeira etapa de uma pesquisa mais ampla.

Pesquisa descritiva

Segundo Gil (1999), este tipo de pesquisa se caracteriza pela descrição de características de determinada população ou fenômeno. Também pode ser utilizada para o estabelecimento de relações entre variáveis. Um elemento que caracteriza este tipo de pesquisa é o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados como questionário e/ou observação sistemática. Por isso, geralmente, tem a forma de levantamento (pesquisa de campo). “São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 1999, p. 44).

Gil (1999) menciona que podem existir pesquisas descritivas que ultrapassam a simples identificação de relações entre variáveis, visando, por exemplo, determinar a natureza dessas relações, fazendo-a aproximar-se da denominada pesquisa explicativa. Em outras circunstâncias, pode existir uma pesquisa descritiva que acaba proporcionando uma nova visão do problema; nesse caso, aproxima-se da denominada pesquisa exploratória.

Nas ciências sociais, de um modo geral, este tipo de pesquisa é uma das mais empregadas, uma vez que há uma preocupação com a atuação prática.

Pesquisa explicativa

Na pesquisa descritiva, tem-se por objetivo identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Nesse tipo de pesquisa, se aprofunda

o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas. Gil (1999, p. 44) chama a atenção para o fato de que “é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente.” O autor aduz que “uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado” (GIL, 1999, p. 44).

→ Quanto ao Procedimento Técnico

Quanto ao procedimento técnico, pode ter-se: pesquisa bibliográfica, documental, experimental, levantamento (pesquisa de campo; *survey*), estudo de caso, pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação e pesquisa participante.

Pesquisa bibliográfica

Trata-se de pesquisa elaborada a partir de material já publicado em livros, artigos de periódicos, material disponibilizado na internet etc. Considera-se a pesquisa como bibliográfica quando o propósito é fazer tão somente uma revisão da literatura, conhecer o “estado da arte” de determinado tema. Portanto, nesse caso não se desenvolve pesquisa aplicada, empírica.

Pesquisa documental

Considera-se pesquisa documental aquela elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, ou que podem ainda ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Pode fazer-se uso de documentos de primeira mão: documentos oficiais, reportagens de jornal, contratos, fotografias etc.; ou de documentos de segunda mão: relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Martins e Theóphilo (2007) mencionam que estudos empregando a pesquisa documental são bastante comuns nas ciências sociais aplicadas. Um exemplo é a dissertação de mestrado defendida, em 2008, por Charline Barbosa Pires, no Mestrado de Ciências Contábeis da UNISINOS, em que examinou a demanda do mercado de trabalho do contador na Região Metropolitana de Porto Alegre, a partir da análise de anúncios publicados no Jornal Zero Hora e no *site* de recolocação profissional *Manager* (PIRES, 2008).

Para Martins e Theóphilo (2007, p. 86), um dos principais desafios da prática da pesquisa documental é o grau de confiança sobre a veracidade dos documentos, fato que poderá ser atenuado, quando possível, através de análises cruzadas e triangulações com resultados de outras fontes.”

Pesquisa experimental

A pesquisa experimental é aquela em que se determina um objeto de estudo, selecionam-se variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, e definem-se as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto. Martins e Theóphilo (2007) assinalam que os experimentos se adaptam melhor ao propósito de identificar relações causais entre variáveis. A pesquisa experimental não é usual nas Ciências Sociais Aplicadas, porém é intensamente utilizada em investigações em Ciências Naturais como física, química, biologia.

Levantamento (pesquisa de campo – survey)

Este tipo de pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas quando se pretende conhecer o seu comportamento. De acordo com Gil (1999), as pesquisas de campo apresentam como vantagens: conhecimento direto da realidade; economia e rapidez; e quantificação. Como principais desvantagens o autor cita: ênfase na percepção das pessoas; pouca profundidade no estudo da estrutura e dos processos sociais; limitada apreensão do processo de mudança, na medida em que proporciona uma visão estática do fenômeno estudado.

Martins e Theóphilo (2007, p. 60) constataam que “embora os levantamentos possam ser planejados para estudar relações entre variáveis, inclusive as de causa e efeito, são estratégias mais apropriadas para a análise de fatos e descrições.”

Um exemplo deste tipo de pesquisa é encontrado na revista *Contabilidade Vista & Revista*, vol. 22, n. 3, 2011, p. 99-126, que publica o artigo *A utilidade da informação contábil para a tomada de decisões*: uma pesquisa com gestores alunos, dos autores Francisco Carlos Fernandes, Roberto Carlos Klann e Marcelo Salmeron Figueredo, em que estes procuram identificar a importância dada pelos gestores à informação contábil-gerencial no processo de tomada de decisão dentro das organizações, ouvindo para tal 45 gestores de organizações que simultaneamente se dedicam ao estudo acadêmico de administração e de contabilidade no âmbito de graduação e pós-graduação.

Estudo de caso

Este tipo de pesquisa envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos visando obter um amplo e detalhado conhecimento. Segundo Yin (1989), este método é adequado quando se quer responder a questões “como” e “por quê”.

Yin (1989) apresenta de forma sintética quatro aplicações para este método:

- a. explicar ligações causais nas intervenções na vida real que são muito complexas para serem abordadas por *surveys* ou estratégias experimentais;
- b. descrever o contexto da vida real em que ocorreu a intervenção;

- c. fazer uma avaliação, mesmo que de forma descritiva, da intervenção realizada;
- d. explorar situações onde as intervenções avaliadas não apresentem resultados claros e específicos.

O autor adverte que existem alguns preconceitos em relação ao estudo de caso, como: falta de rigor metodológico, exigindo do pesquisador um cuidado especial no planejamento, coleta e análise dos dados; dificuldade de generalização; tempo destinado à pesquisa, pois demanda muito tempo do pesquisador.

Pesquisa ex-post-facto

A pesquisa *ex-post-facto* é aquela em que o ‘experimento’ se realiza depois dos fatos.

Pesquisa-ação

A pesquisa-ação é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema se envolvem de modo cooperativo ou participativo.

Pesquisa participante

A pesquisa participante é aquela desenvolvida a partir da interação entre o pesquisador e os membros de situações investigadas. O pesquisador assume, até certo ponto, o papel de um membro do grupo.

b. População e amostra

Nesse tópico, o pesquisador deve definir toda a população (universo) e a população amostral ou amostra (GIL, 1999).

População

Entende-se por população o conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas) que possuem características que serão objeto de estudo. O autor destaca que normalmente fala-se de população para caracterizar o total de habitantes de um determinado local (cidade, estado etc.). Em termos estatísticos, menciona que pode ser entendido por população, por exemplo, o conjunto de alunos matriculados num curso, a totalidade das indústrias de uma cidade etc.

Amostra (população amostral)

A amostra ou população amostral consiste em parte da população (universo) que é escolhida por algum critério de representatividade. É um subconjunto do universo ou população. Uma amostra pode ser constituída, por exemplo, por cem alunos de um determinado curso que tenha mil alunos matriculados ou por mil profissionais contábeis registrados em determinado Conselho Regional de Contabilidade, cujo número de profissionais registrados seja, por exemplo, de vinte mil.

Gil (1999) assinala que a amostra pode ser classificada como uma *amostra probabilística*, ou seja, determinada mediante procedimentos estatísticos. Esta pode ser: *aleatória simples*, em que é atribuído a cada elemento da população um número único para depois selecionar alguns desses elementos de forma casual. Podem ser utilizadas ‘tábuas de números aleatórios’ para ter-se a garantia que a escolha da amostra seja devida realmente ao acaso. Estas tábuas apresentam números em colunas, em páginas consecutivas. Nesse tipo de amostra, cada elemento tem a chance de ser selecionado. Existem *softwares* para calcular amostra probabilística de tipo aleatória simples; *estratificada*, que consiste na seleção de uma amostra de cada ramo de atividade (comércio, indústria, bancos). Este tipo de amostra pode ser proporcional ou não proporcional. Por exemplo, se uma população é formada por 65% de homens e 35% de mulheres, a amostra deverá obedecer às mesmas proporções no que se refere ao sexo. Visa-se, assim, assegurar representatividade em relação às propriedades adotadas como critério para estratificação. “No caso da amostragem estratificada não proporcional, a extensão das amostras dos vários estratos não é proporcional à extensão desses estratos em relação ao universo (GIL, 1999, p. 103); *por conglomerados*, é indicada quando se torna difícil identificar os seus elementos. Por exemplo, se a pesquisa considera todas as pessoas que habitam determinada cidade (empresas, edifícios, famílias, universidades). A amostra também pode ser *não probabilística*, em que os elementos são escolhidos por critério de *acessibilidade* (facilidade de acesso) ou *tipicidade* (seleção de elementos que o pesquisador considera representativos da população-alvo) (pesquisador conhece).

c. Sujeitos da pesquisa

Consideram-se como sujeitos da pesquisa as pessoas que fornecerão os dados requisitados pelo pesquisador.

d. Coleta e tratamento dos dados

Segundo Vergara (1997), deve-se informar como os dados necessários para a resolução do problema serão obtidos (no caso de elaboração do projeto) ou foram obtidos (no caso de elaboração do TCC) e de que forma serão ou foram tratados.

Nos casos de pesquisa de campo, por exemplo, os meios para obtenção dos dados podem ser a observação, o questionário e a entrevista.

A observação pode ser simples ou participante. Na simples, se mantém certa distância do grupo ou situação que se pretende estudar. Na participante, há o engajamento na vida do grupo ou situação.

O questionário é um importante instrumento para coletar dados em pesquisas sociais. Segundo Martins e Théophilo (2007, p. 90-91),

trata-se de um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever. O questionário é encaminhado para potenciais informantes, selecionados previamente, tendo que ser respondido por escrito e, geralmente, sem a presença do pesquisador. Normalmente, os questionários são encaminhados pelo correio tradicional, correio eletrônico (*e-mail*), ou por um portador.

Nos últimos anos, os pesquisadores têm utilizado um aplicativo denominado “Google Docs” para a coleta de dados. Segundo Wikipédia (2012), trata-se na realidade de um conjunto de aplicativos do Google que funciona totalmente *on-line*, formado por um processador de texto, um editor de apresentações, um editor de planilhas e um editor de formulários.

O questionário reúne, portanto, uma série de questões que são apresentadas por escrito ao(s) respondente(s), devendo ser objetivo; limitado em sua extensão; estar acompanhado de instruções esclarecendo o propósito de sua aplicação e ressaltar a importância da colaboração do respondente.

As questões podem ser: fechadas, abertas ou relacionadas (dependentes). Nas questões fechadas, são apresentadas alternativas de resposta para a escolha do respondente. Segundo Martins e Théophilo (2007), as questões fechadas podem ser:

→ dicotômicas, isto é, uma pergunta com duas respostas possíveis. Você está estudando atualmente?

Sim Não

→ múltipla escolha, ou seja, uma pergunta contendo várias alternativas de resposta.

Assinale o seu maior grau de instrução:

Ensino fundamental

Ensino médio

Ensino superior

Pós-graduação

Podem existir questões de múltipla escolha em que o respondente escolhe mais de uma opção de resposta. Por exemplo, pode ser oferecido um conjunto de opções e o

respondente deve colocá-las em ordem ou hierarquizá-las: 1º lugar; 2º lugar etc. Também pode ser oferecido um conjunto de opções e o respondente deve atribuir a cada um delas nota de 0 (zero) a 10 (dez), ou ainda utilizar-se escalas do tipo Likert (serão explanadas na sequência).

As questões abertas, segundo Martins e Theóphilo (2007), podem ser:

- ➔ Totalmente desestruturadas, ou seja, questões que o informante pode responder livremente com frases e orações. Um exemplo pode ser: – Qual a sua opinião sobre os ativos intangíveis?
- ➔ Associação de palavras. Por exemplo: – Qual a primeira palavra que vem à sua mente quando você ouve a palavra Ativo?
- ➔ Complemento de frase. Nesses casos, é apresentada ao respondente uma frase incompleta que ele deve preencher. Por exemplo: – Quando desejo adquirir um computador, vou...

Gil (1999) menciona que também existem questões relacionadas ou dependentes; quando uma questão depende da resposta dada a outra questão. O autor cita o seguinte exemplo:

- ➔ Questão 1: Você fuma? () não; () sim.
- ➔ Questão 2: Quantos cigarros você fuma por dia? () menos de cinco; () cerca de meio maço; () um maço; () um maço e meio; () dois maços; () mais de dois maços.

O autor menciona que é importante submeter o questionário a testes prévios, junto a pessoas competentes no assunto, antes de sua aplicação. Se necessário, faz-se as devidas correções. Em seguida, deve-se fazer um pré-teste, solicitando a pessoas representativas da população que respondam as perguntas formuladas, chegando-se então a sua formatação final.

Martins e Theóphilo (2007) descrevem que, ao se coletar dados, informações e evidências, são avaliadas diversas variáveis, destacando-se as variáveis qualitativas e as variáveis quantitativas. As primeiras não envolvem fatores numéricos, enquanto as segundas envolvem algum caráter numérico. No caso de obtenção de dados de natureza qualitativa, a análise pode ser facilitada mediante a utilização de escalas sociais e de atitudes. Estas podem ser construídas a partir de uma sequência de enunciados. “Ao atribuir pesos para cada enunciado, o pesquisador estará transformando uma variável qualitativa em quantitativa” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 92).

A respeito de escalas sociais e de atitudes, Martins e Theóphilo (2007, p.93) mencionam que estas

consistem basicamente em uma série graduada de itens (enunciados) a respeito de uma situação, objeto ou representação simbólica. Solicita-se ao respondente que assinale o grau que melhor represente sua percepção a respeito do objeto de análise para cada item que compõe o

instrumento. Como o objetivo das escalas sociais é possibilitar o estudo de opiniões e atitudes de forma precisa, o principal problema é transformar fatos habitualmente entendidos como qualitativos em quantitativos. As principais escalas são: Likert, diferencial semântico, escalas de importância e escalas de avaliação.

Os autores assinalam que as atitudes indicam condutas das pessoas. As atitudes têm como propriedades, entre outras: direção, que pode ser positiva ou negativa; e intensidade, que pode ser alta ou baixa. Estas propriedades constituem objeto de medição.

➔ Escala do tipo Likert

Martins e Theóphilo (2007) mencionam que esta escala foi desenvolvida por Rensis Likert no início dos anos 1930 e é muito utilizada em pesquisas sociais. Trata-se de um conjunto de itens que são apresentados aos sujeitos em forma de afirmações, aos quais estes devem externar sua reação, escolhendo um dos pontos da escala (cinco ou sete pontos), sendo que cada ponto está associado a um valor numérico. Desta forma, o sujeito obtém uma pontuação para cada item, e o somatório desses valores (pontos) sinalizará sua atitude, se favorável ou desfavorável em relação ao objeto ou representação simbólica que se está medindo.

Como exemplo de um objeto de atitude que pode ser medido, tem-se: honestidade.

A afirmação correspondente pode ser: ser honesto é obrigação de todo cidadão responsável.

Nesse caso, as alternativas de respostas ou pontos de escala irão indicar quanto o sujeito está de acordo com tal afirmação. As alternativas de escalas Likert de cinco pontos seriam (MARTINS; THEÓPHILO, 2007):

Alternativa 1: Afirmação – Ser honesto é obrigação de todo cidadão responsável

- Concordo totalmente
- Concordo
- Nem concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

Alternativa 2:

- Definitivamente sim
- Provavelmente sim
- Indeciso
- Provavelmente não
- Definitivamente não

Alternativa 3:

- Completamente verdadeira
- Verdadeira
- Nem falsa, nem verdadeira
- Falsa
- Completamente falsa

Os autores destacam que as afirmações podem ter direção favorável, positiva, ou desfavorável, negativa. No caso de uma pesquisa sobre voto, a afirmação positiva seria: ‘o voto deve ser obrigatório’; e a afirmação negativa seria: ‘o voto não deve ser obrigatório’.

A determinação da direção é muito importante para a correta codificação as alternativas das respostas. Assim, quando a afirmação é favorável (positiva), usam-se os seguintes valores (pesos):

- | | |
|----------------------|--|
| 5 para a alternativa | <input type="radio"/> Concordo totalmente |
| 4 para a alternativa | <input type="radio"/> Concordo |
| 3 para a alternativa | <input type="radio"/> Nem concordo, nem discordo |
| 2 para a alternativa | <input type="radio"/> Discordo |
| 1 para a alternativa | <input type="radio"/> Discordo totalmente |

Nos casos de adoção de afirmação desfavorável (negativa), usam-se os seguintes valores (pesos):

- | | |
|----------------------|--|
| 1 para a alternativa | <input type="radio"/> Concordo totalmente |
| 2 para a alternativa | <input type="radio"/> Concordo |
| 3 para a alternativa | <input type="radio"/> Nem concordo, nem discordo |
| 4 para a alternativa | <input type="radio"/> Discordo |
| 5 para a alternativa | <input type="radio"/> Discordo totalmente |

A escala de importância, segundo Martins e Theóphilo (2007), é uma variação da escala do tipo Likert. Classifica a importância de algum atributo.

Atributo: Importância da determinação dos custos dos produtos

- Extremamente importante
- Muito importante
- Indiferente
- Pouco importante

() Totalmente sem importância

A escala de avaliação também é uma variação da escala do tipo Likert, em que se avalia algum atributo.

Atributo: Sistema de custeio por atividades

() Excelente

() Bom

() Regular

() Ruim

() Péssimo

Gil (1999) esclarece algumas vantagens do uso de questionário, como:

- possibilidade de atingir grande número de pessoas, independentemente da área geográfica;
- menores gastos com pessoal, pois não depende de treinamento dos pesquisadores;
- assegura o anonimato das respostas;
- a pessoa pode responder o questionário no momento que lhe aprouzer;
- o pesquisado não fica exposto às opiniões e ao aspecto pessoal do pesquisador.

Como desvantagens o autor menciona:

- o pesquisado não recebe qualquer auxílio do pesquisador;
- não se conhece as circunstâncias em que o questionário foi respondido;
- não há garantia de que todos respondam;
- envolve, em geral, um número reduzido de perguntas;
- as perguntas podem ter significados diferentes para cada sujeito pesquisado.

A entrevista, segundo Gil (1999, p. 117), é uma técnica em que o pesquisador está diante do pesquisado e lhe formula perguntas para obter dados que interessam à pesquisa. “É uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca, coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.”

De acordo com Moreira (2001), é a forma mais comum de coletar dados em se tratando de “dados primários”, aqueles que estão sendo coletados pela primeira vez. Tal constatação vale tanto para a pesquisa quantitativa como para a qualitativa, muito embora o tipo padrão de entrevista nestes casos seja diferente.

Segundo o autor, uma entrevista padronizada é aquela na qual tanto as questões quanto a ordem em que elas estão dispostas são as mesmas para todos dos entrevistados, ou seja, todas as questões são comparáveis e, portanto, quando surgem variações entre as respostas, elas se originam de diferenças reais entre os

entrevistados. Normalmente, é feita com auxílio de questionários ou listas de perguntas, abrangendo um grande número de entrevistados, sendo que a própria padronização das questões auxilia a tabulação das respostas. Em questionário que prevê alternativas múltiplas de respostas, o entrevistador apresenta as alternativas ao respondente e indaga sobre sua preferência. Nas listas de questões, o entrevistador anota as respostas a cada uma das perguntas.

Gil (1999) também faz menção à pesquisa informal, isto é, menos estruturada; a entrevista focalizada, que trata de um tema bem específico visando explorá-lo a fundo. Por exemplo, alguma experiência vivida pelo entrevistado em condições precisas; e a entrevista por pautas, que apresenta certo grau de estruturação, pois segue uma relação de pontos de interesse.

Gil (1999) destaca como vantagens da entrevista:

- permite a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social;
- permite a obtenção de dados em profundidade em relação ao comportamento humano;
- os dados recolhidos podem ser classificados e quantificados;
- permite a obtenção de maior número de respostas; oferece maior flexibilidade;
- permite captar a expressão corporal do entrevistado, a tonalidade da voz e a ênfase nas respostas.

Como limitações da entrevista o autor aponta:

- falta de motivação do entrevistado;
- dificuldade na compreensão das perguntas;
- fornecimento de respostas que não são verdadeiras;
- influência do entrevistador sobre o entrevistado;
- influência de opiniões pessoais do entrevistador sobre o entrevistado.

Outra forma usual de coleta de dados em pesquisas realizadas na área contábil é mediante a utilização de documentos, relatórios. Em geral, nesses casos utiliza-se como procedimento a análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas de análises de comunicações (BARDIN, 1994). O autor apresenta a utilização da análise de conteúdo em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A primeira fase consiste no estabelecimento de um esquema de trabalho, com procedimentos bem definidos, porém flexíveis. A segunda fase compreende o cumprimento das decisões que foram tomadas anteriormente, e na terceira fase o pesquisador, com base nos resultados brutos obtidos, procura torná-los significativos e válidos.

Martins e Theóphilo (2007, p. 96) explicam que

a análise de conteúdo busca a essência de um texto nos detalhes das informações, dados e evidências disponíveis. Não trabalha com o texto de *per se*, mas também com detalhes do contexto. O interesse não se restringe à descrição dos conteúdos. Deseja-se inferir sobre o todo da comunicação. Entre a descrição e a interpretação interpõe-se a inferência. Buscam-se entendimentos sobre as causas e antecedentes da mensagem, bem como seus efeitos e consequências.

Os autores mencionam que a análise de conteúdo pode ser utilizada tanto para fins exploratórios (descoberta) como para fins de verificação, confirmando ou não proposições e evidências. Esclarecem que nos casos de se trabalhar com uma grande quantidade de dados, estes podem ser tratados com o auxílio de programas de computador que já existem no mercado.

Como principais usos da análise de conteúdo, Martins e Theóphilo (2007, p. 96) ressaltam:

- descrever tendências no contexto das comunicações;
- comparar mensagens, níveis e meios de comunicação;
- auditar conteúdos de comunicações e compará-los com padrões, ou determinados objetivos;
- construir e aplicar padrões de comunicação;
- medir a clareza das mensagens;
- descobrir estilos de comunicação;
- identificar intenções, características e apelos de comunicadores;
- desvendar as ideologias dos dispositivos legais.

Para o desenvolvimento da análise de conteúdo, devem ser obedecidas, segundo os autores, três etapas:

- *pré-análise*, que consiste na coleta e organização do material que se irá analisar;
- *descrição analítica*, que consiste no profundo estudo do material, orientado pelo referencial teórico. Nesta etapa, deve-se fazer a escolha da unidade de análise, tais como: palavra, tema, frase, símbolos etc. Estas unidades devem ser reunidas obedecendo algum critério e definem as categorias. Por exemplo, uma mensagem pode ser classificada como otimista ou pessimista. Os autores recomendam que as categorias sejam exaustivas e mutuamente excludentes. A partir das frequências das categorias, têm-se quadros de referência.
- *interpretação inferencial*, ou seja, com os quadros de referência, os conteúdos são revelados em função dos objetivos do estudo.

O referencial teórico do trabalho deve servir de apoio para a construção das categorias de análise.

Outra forma de coletar dados é mediante a utilização da análise do discurso. Esta

parte do pressuposto de que em todo discurso há um sentido oculto que pode ser captado, o qual, sem o uso de uma técnica apropriada, poderá permanecer inacessível. Martins e Theóphilo (2007, p. 97) mencionam que “a análise do discurso permite conhecer o significado tanto do que está explícito na mensagem quanto do que está implícito – não só o que se fala, mas como se fala [...] para analisar um discurso, é importante levar em consideração os aspectos verbais e paraverbais – pausas, entonação, hesitação etc. – e os não verbais: os gestos, os olhares etc.” Os autores explicam que é comum incluir-se no trabalho que se está realizando trechos do material analisado, visando ilustrar a interpretação do pesquisador.

e. Análise dos dados

Neste tópico, o autor deve informar como os dados obtidos e tratados serão analisados (no caso do Projeto) ou foram analisados (no caso do TCC).

f. Limitações do método

Qualquer método escolhido para a elaboração de uma pesquisa pode apresentar limitação(ões), em função, por exemplo: do tamanho da amostra e/ou tipo de amostra; dos respondentes (podem não ter sido aqueles aos quais os questionários foram dirigidos; disponibilidade de dados etc.).

Exemplo de Metodologia ou Procedimentos Metodológicos

No **Anexo B**, apresenta-se um exemplo do capítulo referente à metodologia obtido no artigo “A formação do contador e a demanda do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RS)”, de autoria de Charline Barbosa Pires, Ernani Ott e Claudio Damacena, publicado na *Revista BASE*, vol. 7, n. 4, out.-dez. 2010, p. 315-327.

3.3.3.2.3 Cronograma

Os projetos devem conter um capítulo destinado a apresentar o cronograma que deverá ser seguido na elaboração do trabalho de conclusão ou monografia. É a discriminação das etapas do trabalho com seus respectivos prazos.

Exemplo de um cronograma:

Atividade	Previsão	
	Início	Término
1. Aprovação do projeto	02.01	28.02
1.1 Entrega do projeto ao orientador		
1.2 Aceitação pelo orientador		
2. Ref. Teórico e Coleta de dados	01.03	30.06
2.1 Complemento do referencial teórico		
2.2 Preparação do questionário/teste-piloto		
2.3 Aplicação dos questionários		
3. Tratamento e Análise dos dados	01.07	31.08
3.1 Tratamento dos dados		
3.2 Análise dos dados de campo		
3.3 Comparação dos resultados		
4. Redação e aprovação do TCC	01.09	15.12
4.1 Redação da versão preliminar		
4.2 Avaliação do orientador		
4.3 Redação da versão final		
4.4 Aceitação pelo orientador		
4.5 Entrega do TCC/monografia		
4.6 Apresentação/julgamento		

Outro exemplo de cronograma que pode ser utilizado é o seguinte:

Atividades	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.
1. Definir o orientador							
2. 1ª reunião e validar o projeto e bibliografia							
3. Consolidar objetivos com orientador e definir metodologia e cronograma do TCC							
4. Complementar referencial teórico iniciar digitação do referencial.							
5. Revisar referencial teórico com orientador e iniciar digitação do referencial.							
6. Definir instrumentos coleta de dados							
7. Coletar os dados							
8. Classificar, organizar e descrever os dados							
9. Elaborar tabelas, gráficos, estatísticas etc.							
10. Revisar os dados com orientados							
11. Analisar os dados							
12. Revisar a análise com referencial teórico							
13. Redação e digitação							
14. Fechar a conclusão e revisar bibliografia							
15. Revisão final com orientador							
16. Preparar e montar o 'boneco'							
17. Revisão linguística e formatação							
18. Encadernação e entrega							
19. Preparar apresentação para a banca							

Na elaboração do Trabalho de Conclusão ou Monografia, o Capítulo 4 “Cronograma” é substituído por “Apresentação e Análise dos Dados”, como segue:

3.3.3.2.4 Apresentação e análise dos dados

Segundo Roesch (1999, p. 187), trata-se da apresentação dos dados, sua descrição e análise:

O capítulo pode iniciar com uma breve exposição do método de análise utilizado. Normalmente, a coleta de dados foi realizada visando a um propósito, buscando responder a algumas indagações. Estas deverão orientar sua descrição. A apresentação dos dados fica mais clara quando se utilizam tabelas e gráficos. A descrição dos dados permite configurar com clareza a situação atual ou o sistema existente na organização.

A análise propicia a identificação de problemática existente. Os dados poderão ser cruzados a fim de possibilitar a identificação dos pontos críticos, problemas, descobertas etc. Algumas vezes,

envolve o uso de estatísticas. Os resultados podem ser comparados com outros estudos ou situações. Em alguns casos, cabe analisar os resultados à luz de modelos teóricos sobre o tema.

Para Lakatos e Marconi (1991, p. 231), este capítulo “corresponde à parte mais importante do trabalho. É aqui que são transcritos os resultados, agora sob forma de evidências para confirmação ou refutação das hipóteses.”

O capítulo ou seção é subdividido em subtítulos, normalmente, contendo:

a. Apresentação dos dados

Nos casos em que se realiza uma pesquisa de campo, por exemplo, pode-se substituir a denominação deste tópico por “PERFIL DOS RESPONDENTES”.

b. Análise dos dados

Neste tópico, devem ser apresentadas as análises correspondentes aos resultados da pesquisa, interpretando tais resultados, comparando com estudos anteriores etc.

Exemplo de Análise dos Dados

Um exemplo de análise dos dados consta no **Anexo C**, extraído do artigo “A formação do contador e a demanda do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS)”, de autoria de Charline Barbosa Pires, Ernani Ott e Claudio Damacena, publicado na *Revista BASE*, v. 7, n. 4, out.-dez. 2010, p. 315-327.

No trabalho de conclusão ou monografia, deve constar um quinto capítulo denominado “Conclusão”, como segue:

3.3.3.2.5 Conclusão

É a parte final do texto na qual o autor apresenta a conclusão (ou considerações finais) a que chegou correspondente aos objetivos do estudo, obtidas por meio da análise dos dados.

A conclusão refere-se aos dados e resultados encontrados. Segundo Trujillo (*apud* LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 232), a conclusão deve ser “a súmula em que os argumentos, conceitos, fatos, hipóteses, teorias, modelos se unem e se completam.” A redação da conclusão deve ser precisa e categórica, sem deter-se em argumentações e manter a relação com as partes do trabalho: objetivos e/ou hipóteses, referencial teórico e análise.

Exemplo de Conclusão

Um exemplo de conclusão consta no **Anexo D**, extraído do artigo “A formação do

contador e a demanda do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS)”, de autoria de Charline Barbosa Pires, Ernani Ott e Claudio Damacena, publicado na *Revista BASE*, v. 7, n. 4, out.-dez. 2010, p. 315-327.

3.3.4 Elementos pós-textuais

Constituem elementos pós-textuais do trabalho as referências (bibliográficas), apêndices e anexos.

3.3.4.1 Referências

As normas da **ABNT**, contendo as disposições para a elaboração das referências (bibliográficas), estão previstas na **NBR 6023/2002**. Por não constituírem capítulo, as referências não recebem numeração. Referem-se às obras cujos autores foram citados no texto. São apresentadas pelo sobrenome dos autores, em ordem alfabética e sem numeração, contendo os seguintes elementos essenciais e respectiva pontuação após cada elemento: Autor (s). Título: subtítulo (se houver). Edição. Local: editora, data de publicação.

“As referências são alinhadas somente à margem esquerda do texto e de forma a se identificar individualmente cada documento, em espaço simples e separadas entre si por espaço duplo” (NBR 6023/2002). “O recurso tipográfico (grifo ou itálico) utilizado para destacar o elemento título deve ser uniforme em todas as referências de um mesmo documento” (NBR 6023/2002). Para as obras sem indicação de autoria, o elemento de entrada é a primeira palavra do próprio título, em letras maiúsculas.

Para obter mais informações sobre a forma de apresentar as referências, recomenda-se acessar a página de Internet da UNISINOS. Em “serviços”, acessar “Biblioteca” e nesta página acessar “Downloads” (faça *download* do guia com normas da ABNT e outros documentos).

Os apêndices e anexos estão descritos no tópico 3.1.3.



PARA COMPLEMENTAÇÃO DOS ESTUDO

Para auxiliar na compreensão de como são elaborados os trabalhos de conclusão de curso, recomenda-se acessar a Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso na página de Internet da UNISINOS.



TERMOS-CHAVE

Projeto de pesquisa: um projeto nada mais é do que uma carta de intenções.

Elementos pré-textuais: os elementos pré-textuais constituem a parte preliminar do trabalho em que constam informações que se fazem necessárias para uma melhor caracterização da sua origem e autoria.

Elementos textuais: os elementos textuais compõem o texto do trabalho e compreendem: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

Elementos pós-textuais: constituem elementos pós-textuais do trabalho as referências (bibliográficas), apêndices e anexos.



REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 10520/2002*. Informação e documentação – citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 6023/2002*. Informação e documentação – referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 6022/2003*. Informação e documentação – artigo em publicação periódica científica impressa – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 6024/2003*. Informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 6027/2003*. Informação e documentação – sumário – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 6028/2003*. Informação e documentação – resumo – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 12225/2004*. Informação e documentação – lombada – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 17724/2005*. Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 14724/2011*. Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ALVAREZ, José Luis Lizcano. MARTINEZ, Pablo Nieto. La Responsabilidad en el capitalismo futuro. Competencia, gasto público y comportamiento social de las empresas. *Universia Business Review*, abr.-jun. 2006, p.10-23.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BASTOS, Lília da Rocha; PAIXÃO, Lyra; MONTEIRO, Lúcia F.; LUIZ, Neise de. *Manual para a Elaboração de Projetos e Relatórios de Pesquisa, Teses, Dissertações e Monografias*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

COELHO, Fernando Quaresma. *Divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente: uma análise dos fatores diferenciadores*. 2010. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CCE). *Livro verde: promover um quadro*

europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas: CCE, 2001.

FERNANDES, Francisco Carlos; KLANN, Roberto Carlos; FIGUEREDO, Marcelo Salmeron. A utilidade da informação contábil para a tomada de decisões: uma pesquisa com gestores alunos. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, vol. 22, n. 3, 2011, p. 99-126.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOOGLE DOCS. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Docs>. Acesso em: 18 mai. 2012.

GUIMARÃES, Paulo César. *Identificação do perfil profissiográfico do profissional de Contabilidade requerido pelas empresas através de ofertas de emprego na Região Metropolitana de São Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo, SP, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Normas de apresentação tabular*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Introdução à teoria da contabilidade: para nível de graduação*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LOUREIRO, Amílcar B. S.; CAMPOS, Silvia Horst. *Guia para elaboração e apresentação de trabalhos científicos*. Porto Alegre: PUC-RS, 1996.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTAR, Fauze N.; FOWLER, Fábio R.; TAVARES, Mauro C.; PIEREN, Roberto W. Redação de Documentos Acadêmicos: conteúdo e forma. *Caderno de Pesquisa em Administração*. São Paulo: FEA/USP, vol. 1, n. 3, 1996, p. 31-66.

MELO NETO, Francisco Paulo; FROES, Cesar. *Responsabilidade social & cidadania empresarial: A administração do terceiro setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MOREIRA, Daniel A. *Entrevistas e Estudos de Caso*. Disponível em: <www.fecap.br/adm.online>. Acesso em: 20 jul. 2001.

ORO, Ieda M.; NAUE, Juliana; STÜRMER, Adelaide L.; BRITO, Fernando de. Egressos em Ciências Contábeis: análise do desenvolvimento profissional sob o enfoque da Teoria do Capital Humano. *Revista Universo Contábil*, v. 6, n. 4, 2010.

PIRES, Charline Barbosa. *A formação e a demanda do mercado de trabalho do contador na Região Metropolitana de Porto Alegre – RS*. 2008. 203f Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2008.

PIRES, Charline Barbosa; OTT, Emani; DAMACENA, Claudio. A formação do contador e a demanda do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS). *Revista BASE*, v. 7, n. 4, out.-dez. 2010, p. 315-327.

ROESCH, Sylvania Maria A. *Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 1993.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. *Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 2. ed. rev. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.

UMPIERRE, Márcia Borges. *Informações Contábeis Voluntárias e as Recomendações de Investimentos em Ações*. 2010. 136f Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

UNISINOS. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. *Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos* (artigo de periódico, dissertação, projeto, relatório técnico e/ou científico, trabalho de conclusão de curso e tese). São Leopoldo: Biblioteca da UNISINOS, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 1997.

YIN, Robert K. *Case Study Research: Design and Methods*. Sage Publications Inc., USA, 1989.

ANEXO A

Referencial teórico

A educação superior contábil e o mercado de trabalho

De acordo com Nelson *et al.* (1998), a preocupação com o perfil dos graduados em contabilidade tem gerado movimentos em favor de mudanças, tanto nas grades curriculares como nas técnicas pedagógicas consideradas ultrapassadas, a fim de corrigir as deficiências dos cursos ofertados pelas IES, possibilitando a formação de profissionais competitivos e competentes para atender as demandas do mercado.

Para Churchman e Woodhouse (1999), vários *stakeholders* podem influenciar o processo de educação contábil, entre eles, as entidades de classe, que determinam os requisitos necessários para ingressar no mercado; os empregadores, que recrutam os alunos formados; e o governo, que regula os cursos.

Albrecht e Sack (2000) identificam seis categorias principais de problemas nos programas de contabilidade: relacionados à pedagogia; ao desenvolvimento e ao sistema de recompensas do corpo docente; ao direcionamento estratégico das IES; ao conteúdo dos currículos; ao desenvolvimento de habilidades; e ao contato dos alunos com as novidades tecnológicas nas IES. Destacam que os currículos dos cursos são, em sua maioria, limitados, desatualizados e irrelevantes, não apresentam um direcionamento para as necessidades do mercado e não expõem os estudantes de maneira adequada a conceitos importantes como globalização, tecnologia e ética.

Segundo Sauser (2000), as IES devem adaptar as grades curriculares de forma a preparar os contadores para atuar e ocupar posições dentro das organizações que diferem das atuais, compreendendo as necessidades dos usuários dos serviços contábeis, mediante a identificação das informações relevantes para o seu processo decisório.

Madeira (2001, p. 59) assinala que as IES têm a responsabilidade de preparar os futuros profissionais de forma adequada, “[...] oferecendo-lhes cursos com um currículo adaptado aos requisitos oriundos das exigências do mercado de trabalho neste novo contexto.” O processo educacional deve ser dinâmico e ágil o suficiente para acompanhar todas as transformações ambientais; de natureza econômica, social, cultural, política etc.

Para Parker (2001), o desafio das IES é proporcionar uma educação de qualidade que, ao mesmo tempo em que ensina a contabilidade tradicional de forma desafiadora e estimulante, seja capaz de desenvolver conhecimentos mais amplos, relacionados aos

negócios e à administração, se encaixando, então, nas novas oportunidades de trabalho que estão sendo oferecidas aos profissionais contábeis.

Bolt-Lee e Foster (2003) mencionam que as discussões sobre alterações na educação contábil se intensificaram na década de 1980, quando os profissionais começaram a acusar as IES de terem falhado em prepará-los de forma adequada. Educação mais ampla é preferida a uma educação focada em regras, e conhecimentos relacionados às organizações, ao setor e ao mundo devem ser desenvolvidos, para que o futuro profissional seja um membro efetivo do time de decisores da empresa.

Hassal *et al.* (2003) argumentam que os debates sobre a educação e o treinamento dos profissionais contábeis tratam, principalmente, da lacuna existente entre as qualificações exigidas pelos empregadores e as exibidas pelos profissionais formados pelas IES.

Mohamed e Lashine (2003) também acreditam que os problemas do ensino contábil estão no descompasso entre as habilidades adquiridas pelos graduados e as requeridas pelo mercado. O distanciamento entre o perfil dos profissionais que os empregadores desejam e o formado pelas IES está relacionado ao fato de que o mercado tem se alterado rapidamente, enquanto as mudanças ocorridas nas grades curriculares dos cursos são lentas.

Iudícibus (2003) constata que no Brasil, pelos menos em sua formulação, o ensino em Ciências Contábeis apresentou um progresso nas últimas décadas, mas alerta sobre a existência de duas realidades distintas. Na primeira, as IES veem o contador como um escriturário de luxo e, por essa razão, não há a preocupação em formar um profissional capaz de usar seu julgamento em situações práticas. Conhecimentos relacionados a métodos quantitativos, sistemas de informação, administração, economia e direito, entre outros, são pouco desenvolvidos. Esta realidade, segundo o autor, talvez seja predominante no país.

Na segunda realidade, presente principalmente em universidades e cursos de ponta, o autor observa um progresso no delineamento e estruturação dos cursos, que deixam de focar apenas disciplinas técnico-contábeis para contemplar, de maneira equilibrada e integrada, disciplinas técnicas, humanas, métodos quantitativos, sistemas contábeis e de áreas afins.

Na opinião de Carr, Chua e Perera (2004), dois fatores principais estão relacionados aos problemas existentes na educação contábil atualmente. O primeiro é a pouca atenção dada ao desenho dos programas do curso de contabilidade, e o segundo é a pequena ou nenhuma preocupação com as necessidades dos *stakeholders* do ensino contábil. Os autores destacam que o desalinhamento entre o perfil apresentado pelo graduado em contabilidade e o requerido pelo mercado parece ser a principal fonte das críticas dirigidas ao ensino contábil.

Queiroz (2005) argumenta que a qualidade do ensino ofertado pelas IES depende do estabelecimento de um currículo que leve em consideração as exigências do mercado,

devendo promover a aprendizagem de conteúdos, competências, habilidades e, também, fornecer condições favoráveis à aplicação e integração destes conhecimentos.

Para Arquero *et al.* (2007), as entidades contábeis e os empregadores têm expressado suas opiniões em defesa do desenvolvimento de habilidades “não contábeis”, ampliando, assim, o escopo do currículo do curso de Ciências Contábeis. O desenvolvimento de habilidades de comunicação oral e escrita pode contribuir não apenas para o desempenho na profissão, mas também para o desenvolvimento de outras habilidades desejáveis.

Dadas as críticas ao ensino contábil e à sua capacidade de preparar os futuros contadores de maneira adequada, atendendo as necessidades do mercado no que diz respeito às suas competências, depreende-se que uma forma de resolver ou, pelo menos, minimizar os problemas da educação contábil identificados pelos pesquisadores, seria levar em consideração o ambiente de trabalho no qual os profissionais desempenharão suas atividades, fazendo com que o ensino seja orientado para o cliente.

Estudos sobre a aderência entre o ensino contábil e a demanda do mercado

A aderência entre o ensino contábil e a demanda do mercado tem sido pesquisada nos últimos anos. As principais conclusões acerca do (des)alinhamento existente entre as necessidades do mercado e a formação proposta pelas IES são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – O (des)alinhamento entre a oferta e a demanda no ensino contábil

Autores	Foco da análise	Principais resultados	Há alinhamento?
Conover, Salter e Price (1994)	Plano de ensino das IES e percepção dos CFO de multinacionais	A comparação entre o que é ensinado nos cursos de contabilidade internacional e a opinião dos CFO sobre o que deveria ser ensinado indica que há um alto grau de concordância entre as características ofertadas e as demandadas pelo mercado.	Sim
Zaid e Abraham (1994)	Percepção de professores, contadores e empregadores	Há diferenças no que diz respeito à ênfase dada às habilidades de comunicação nos cursos de Contabilidade.	Não
Morgan (1997)	Percepção de contadores e professores de Contabilidade	A pesquisa confirma a relativa importância das habilidades de comunicação e as deficiências exibidas pelos contadores.	Não
Siegel, Kulesza e Sorensen (1997)	Percepção dos profissionais contábeis	Existe uma lacuna entre o que os estudantes aprendem nas IES e o que precisam aprender para serem contadores competentes.	Não
Albrecht e Sack (2000)	Percepção dos profissionais e educadores da área contábil	Dos conhecimentos considerados importantes, existem sete tópicos que os profissionais acreditam ser mais importantes, em comparação com a opinião dos educadores.	Não

Autores	Foco da análise	Principais resultados	Há alinhamento?
Coelho (2000)	Percepção dos educadores e empregadores	IES e empregadores acreditam que os currículos dos cursos não são capazes de atender as exigências do mercado de trabalho.	Não
Hassal <i>et al.</i> (2003)	Percepção de estudantes e empregadores	Na opinião dos empregadores, as habilidades que eles consideram importantes não são apresentadas pelos graduados em Contabilidade.	Não
Cheibub (2003)	Grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis	Há uma oferta pequena de disciplinas relacionadas à Informática, consideradas importantes para a prática contábil no contexto atual e de disciplinas voltadas ao desenvolvimento de atributos como Ética e Valores Profissionais e Comunicação.	Não
Tan, Fowler e Hawkes (2004)	Percepção de educadores e profissionais	Os resultados apresentados não corroboram as críticas de que os currículos de Contabilidade Gerencial têm falhado no objetivo de atender os requisitos dos empregadores.	Sim
Evan-gelista (2005)	Percepção dos empregadores e ementas das disciplinas dos cursos	Há divergências entre os conhecimentos e habilidades priorizados pelas IES e as necessidades dos empregadores.	Não
Padoan e Clemente (2006)	Percepção dos educadores	A educação contábil continua tecnicista, o que evidencia um descompasso entre o ensino praticado atualmente e o estágio de desenvolvimento do mercado.	Não
Ribeiro Filho <i>et al.</i> (2006)	Percepção dos professores, alunos e profissionais contábeis	A formação oferecida pelas IES não oportuniza o desenvolvimento de habilidades de comunicação oral	Não
Capacchi <i>et al.</i> (2007)	Estrutura curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis	Os resultados sugerem a formação de profissionais generalistas e não especialistas, que não atendem as necessidades do mercado.	Não
Marques <i>et al.</i> (2007)	Ementas das disciplinas dos cursos de Ciências Contábeis	Não há uma preocupação das IES em desenvolver competências estratégicas nos profissionais contábeis.	Não
Almeida e Favarin (2007)	Percepção dos empregadores	Os profissionais contábeis não alcançam as expectativas dos empregadores em nenhum dos requisitos considerados importantes.	Não

Fonte: elaborado pelo autor.

Enquanto as pesquisas de Conover *et al.* (1994) e Tan *et al.* (2004) revelam a existência de certo alinhamento entre as necessidades do mercado e as prioridades das

IES, o resultado predominante nos estudos apresentados é de que existem problemas no processo de educação contábil, uma vez que tanto a análise das grades curriculares quanto das percepções de empregadores e graduados evidenciam a falta de preparo dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis ofertados pelas IES.

ANEXO B

Procedimentos metodológicos

Delineamento da pesquisa

Com base em Silva e Menezes (2001), pode-se classificar esta pesquisa como: (a) aplicada, pois são identificados os conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas pelo mercado de trabalho, e as competências desenvolvidas pelos cursos de graduação em Ciências Contábeis, verificando se as prioridades dos empregadores estão alinhadas com o ensino proporcionado pelas IES, no que diz respeito à qualificação do profissional contábil; (b) quantitativa, uma vez que os dados coletados são tratados e analisados com o uso de métodos estatísticos visando identificar em que medida os conhecimentos, habilidades e atitudes são priorizados; (c) descritiva, porquanto descreve as características do mercado de trabalho para os profissionais de contabilidade na RMPA, mediante a análise da demanda (anúncios de emprego destinados aos profissionais que pretendem atuar em empresas) e da oferta (qualificação desenvolvida pelas IES nas disciplinas ministradas); e (d) documental, porque tem como insumo os anúncios de emprego para profissionais de contabilidade, coletados em jornal e *site* de empresa de recolocação, e as grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis oferecidos pelas IES situadas na RMPA.

População e amostra

Para a análise das demandas do mercado de trabalho, a população é composta pela quantidade de ofertas públicas de emprego destinadas aos estudantes ou formados em Ciências Contábeis na Região Metropolitana de Porto Alegre, e divulgadas no jornal Zero Hora e no *site* de recolocação profissional Manager (www.manager.com.br), durante o período de janeiro de 2007 até setembro de 2007, totalizando 1.106 anúncios: 642 (58%) localizados no *site* de recolocação profissional Manager e 464 (42%) no jornal Zero Hora. Como interessavam as ofertas que apresentassem pelo menos uma “competência requerida”, ou seja, que exigissem no mínimo uma competência como pré-requisito para a ocupação da vaga, fez-se a filtragem dos dados, ficando a população reduzida a 939 anúncios: 492 (52,4%) extraídos do *site* e 447 (47,6%) do jornal, compondo também a amostra do estudo.

Com relação à análise da formação proposta pelas IES, a população do estudo é formada pelas 17 IES credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), que oferecem o curso de graduação em Ciências Contábeis na RMPA e a amostra é composta pelas

nove (53%) IES cujas caracterizações (ementas) das disciplinas foram disponibilizadas para análise.

Coleta de dados

Para a coleta e tabulação dos dados do mercado de trabalho, fez-se uso de um instrumento de pesquisa elaborado a partir do modelo apresentado em Guimarães (2006), reunindo informações relacionadas: (a) à fonte; (b) ao tipo de cargo ofertado (se exclusivo para contadores ou não); (c) ao nível hierárquico da vaga (auxiliar, chefia ou gerência); (d) à descrição do cargo; (e) às características gerais da empresa (nome, ramo de atividade, porte e origem); (f) aos conhecimentos, habilidades e atitudes solicitados pelo empregador; e (g) ao tempo mínimo de experiência profissional requerida.

As grades curriculares dos cursos foram obtidas no *site* de cada IES, assim como as caracterizações (ementas) das disciplinas, quando estas estavam disponíveis, ou mediante contato com a coordenação dos cursos. Nestas foram obtidos os seguintes dados: (a) nome das disciplinas; e (b) carga-horária destinada a cada uma delas, para identificação dos conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos pelas IES. Na caracterização das disciplinas foram extraídas informações sobre o conteúdo ministrado, para o posterior agrupamento destas disciplinas em grandes grupos de competências desenvolvidas.

Tratamento e análise dos dados

Em um primeiro momento, os dados coletados para a identificação das necessidades do mercado de trabalho, oriundos das ofertas públicas de emprego para contadores, foram tratados e analisados separadamente daqueles relacionados às qualificações desenvolvidas e aprimoradas pelas IES, identificadas nas grades curriculares e nas ementas das disciplinas. Posteriormente, após terem sido identificadas as competências requeridas pelos empregadores e aquelas desenvolvidas pelas IES, fez-se a comparação entre o posicionamento do mercado e das IES, com a finalidade de verificar a existência de alinhamento entre ambos.

Devido ao volume de dados obtidos e das informações necessárias para a consecução dos objetivos propostos neste estudo, utilizaram-se as técnicas de Estatística Descritiva Bivariada e Multivariada para o tratamento e a análise dos dados, com o auxílio do *software Statistical Package for the Social Science* (SPSS) versão 15.0. As principais etapas foram:

- a. *identificação dos grupos de competências requeridas/desenvolvidas*: as competências demandadas pelo mercado foram apuradas mediante a reunião em grandes grupos dos 126 conhecimentos, habilidades e atitudes

identificadas durante a coleta de dados: Contabilidade Societária, Legislação Societária e Tributária; Contabilidade Gerencial e Gestão Empresarial; Normas Contábeis Internacionais; Tecnologia da Informação, Administração, Economia e Finanças; Auditoria; Recursos Humanos; Idiomas Estrangeiros; Habilidades e Atitudes; e Conhecimentos Diversos. Também foram coletadas informações relacionadas à exigência e ao tempo mínimo de experiência requerida pelo empregador. Para a definição das competências desenvolvidas pelas IES, as disciplinas listadas nas grades curriculares foram classificadas nos mesmos blocos de competências identificados na análise do mercado, tomando-se como base os conteúdos ministrados descritos nas ementas. Aquelas que não possuíam relação com os grupos definidos foram reunidas no grupo denominado “Outros”;

- b. *definição dos rankings de prioridades*: na análise das competências requeridas pelo mercado de trabalho foram verificadas as frequências absolutas e relativas dos conhecimentos, habilidades e atitudes mencionadas no anúncio, classificadas em cada um dos grandes grupos definidos. Para a elaboração do *ranking* de prioridades do mercado de trabalho levou-se em consideração a frequência total dos conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas, considerando-se como a primeira prioridade o grupo de competências com maior frequência e assim por diante. Já para análise das competências desenvolvidas pelas IES, foram identificadas as frequências absolutas e relativas de cada grupo, a partir da soma da carga-horária das disciplinas que foram neles classificadas. O *ranking* de prioridades das IES foi definido com base nas horas-aula destinadas ao desenvolvimento e aprimoramento de cada bloco de competências, sendo considerado prioritário o grupo com a maior parcela da carga-horária total do curso e assim sucessivamente.
- c. *análise das competências requeridas pelo mercado de trabalho versus competências desenvolvidas pelas IES – Teste de Kendall*: primeiramente, os *rankings* do mercado de trabalho e de cada uma das IES foram padronizados, de forma que contemplassem os mesmos grupos de competências. De forma semelhante ao estudo realizado por Conover *et al.* (1994), que examinaram a correlação existente entre o perfil formado pelas IES e o requerido pelos empregadores, no que diz respeito à Contabilidade Internacional, a existência de alinhamento entre as prioridades do mercado de trabalho e das IES foi verificada mediante a comparação dos seus *rankings*, mas diferentemente dos autores mencionados, optou-se pela utilização do Coeficiente T de Correlação Posto-ordem de Kendall e não do Coeficiente de Correlação Posto-ordem de Spearman. A adoção do Teste de Kendall justifica-se pelo fato de que este coeficiente é indicado quando o objetivo é realizar a comparação entre conjunto de postos (*rankings*) (SIEGEL; CASTELLAN JUNIOR, 2006).
- d. *análise das competências requeridas pelo mercado de trabalho versus*

competências desenvolvidas pelas IES – Análise de Correspondência

Múltipla: a Análise de Correspondência – AC, de acordo com Farkas e Nagy (2008), é uma técnica descritiva que trabalha com variáveis categóricas, apresentando-as em um espaço próprio que mapeia suas associações em duas ou mais dimensões, que são extraídas para maximizar as distâncias entre os pontos das linhas e colunas da tabela analisada.

Conforme Zaccaria *et al.* (2008, p. 2), a AC permite a análise dos dados contidos em uma tabela de contingência, representando sua estrutura de forma gráfica e produzindo estatísticas complementares de controle. “Isso é obtido através da representação simultânea das categorias (linhas e colunas) de uma tabela de contingência sobre um gráfico (denominado mapa de perfis), em dimensão reduzida, na forma de pontos.”

Farkas e Nagy (2008) explicam que são criados pontos para cada participante e cada variável da análise. Estes pontos são apresentados de forma visual para que seja possível verificar as categorias que estão mais próximas. A vantagem da realização da AC está justamente nessa representação gráfica, que permite comparações entre as variáveis das linhas e/ou das colunas em função das suas posições relativas nas dimensões divididas.

Dadas as possibilidades de análise decorrentes da realização da Análise de Correspondência, de forma complementar à análise dos *rankings* de prioridades, foram analisadas as relações existentes entre as IES e o mercado de trabalho e entre estes e as competências requeridas/desenvolvidas, mediante a realização da Análise de Correspondência Múltipla – ACM. Esta análise, segundo Zaccaria *et al.* (2008), analisa as associações entre pares de variáveis, assim como cada associação entre a variável e ela mesma, sendo a forma mais convencional de análise de uma grande quantidade de dados pela AC.

ANEXO C

Análise dos dados

Ranking de prioridades do mercado de trabalho versus ranking de prioridades da IES

Com base no conjunto de competências e experiência profissional requeridas pelo mercado de trabalho, e no grupo de qualificações desenvolvidas pelas IES, identificados na coleta de dados, os *rankings* de prioridades estabelecidos são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Prioridades das IES versus Prioridades do Mercado de Trabalho

Competências /Experiência Profissional	IES										Mercado de Trabalho
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	Geral	
Cont. Societária, Legislação Societária e Tributária	2,5º	2º	1º	2º	2º	1,5º	1º	3º	2,5º	2º	2º
Contabilidade Gerencial e Gestão Empresarial	1º	3,5º	4º	3º	3º	5º	3º	1,5º	1º	3º	5º
Normas Contábeis Internacionais	9º	7,5º	10,5º	9,5º	10,5º	8,5º	10º	9º	7,5º	10º	11º
Tecnologia da Informação	9º	7,5º	7,5º	8º	7º	8,5º	6º	6,5º	7,5º	8º	4º
Administração, Economia, Finanças	2,5º	1º	2º	1º	1º	1,5º	2º	1,5º	2,5º	1º	6º
Auditoria	9º	7,5º	7,5º	6º	5º	8,5º	6º	6,5º	7,5º	7º	7º
Recursos Humanos	7º	10,5º	9º	9,5º	8,5º	8,5º	8º	9º	7,5º	9º	9º
Idiomas Estrangeiros	11º	10,5º	10,5º	11º	10,5º	11º	10º	11º	10,5º	11º	8º
Habilidades e Atitudes	5º	3,5º	3º	4º	5º	3º	4º	4º	4º	4º	3º
Conhecimentos Diversos	4º	5º	6º	6º	5º	4º	6º	5º	5º	5º	10º
Experiência Profissional	6º	7,5º	5º	6º	8,5º	6º	10º	9º	10,5º	6º	1º

O Coeficiente T de Correlação Posto-ordem de Kendall foi calculado para verificar se havia diferenças entre o *ranking* de prioridades de cada IES e as competências requeridas pelo mercado trabalho (Tabela 2).

Tabela 2 – Coeficiente de Concordância T de Kendall para os rankings de prioridades

Ranking de prioridades das IES versus Prioridades do Mercado de Trabalho	Coeficiente T de Kendall	Sig.
Mercado <i>versus</i> IES A	0,283	0,236
Mercado <i>versus</i> IES B	0,334	0,171
Mercado <i>versus</i> IES C	0,537	0,023
Mercado <i>versus</i> IES D	0,397	0,097
Mercado <i>versus</i> IES E	0,305	0,205
Mercado <i>versus</i> IES F	0,350	0,149
Mercado <i>versus</i> IES G	0,366	0,130
Mercado <i>versus</i> IES H	0,267	0,267
Mercado <i>versus</i> IES I	0,177	0,469

Os resultados expressos na Tabela 2 indicam que o *ranking* de prioridades do mercado de trabalho está correlacionado com o da IES “C” a um nível de significância de 5% e com o da IES “D” a um nível de significância de 10%, o que significa que pelo Teste de Kendall observa-se, de um modo geral, um desalinhamento entre o perfil profissional requerido pelos empregadores e o desenvolvido pelas IES.

Os conhecimentos relacionados à “Contabilidade Societária, Legislação Societária e Tributária” são identificados como a segunda prioridade do mercado de trabalho, logo após a “Experiência Profissional”, o que demonstra que a demanda por profissionais capazes de atuar na área contábil/fiscal da organização é elevada.

Esse resultado é coerente com os apresentados por Coelho (2000) e Silva (2003), mas o fato de terem sido identificados como prioritários em todos os níveis hierárquicos destoia das conclusões das pesquisas de Brussolo (2002) e Guimarães (2006), que verificaram uma menor exigência de conhecimentos ligados à “Contabilidade Societária, Legislação Societária e Tributária” nas vagas destinadas aos níveis mais elevados.

Na análise das grades curriculares, o bloco de conhecimentos relacionados ao grupo “Contabilidade Societária, Legislação Societária e Tributária” é a segunda prioridade no *ranking* geral, ou seja, identifica-se certo alinhamento entre as percepções do mercado e das IES acerca da importância do desenvolvimento e aprimoramento deste grupo. Todavia, é pequeno o número de IES que, individualmente, apontam esse bloco como o mais importante (“C” e “G”).

Como terceira prioridade do mercado de trabalho aparece o grupo que reúne

diversas “Habilidades e Atitudes”, o que permite inferir que os profissionais devem desenvolver competências que transcendam os conhecimentos técnicos, como apontado por autores como Zarowin (1997); Porter e Carr (1999); Brussolo (2002); Mohamed e Lashine (2003); Bolt-Lee e Foster (2003); Evangelista (2005) e Guimarães (2006).

Habilidades e atitudes como: comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, coordenação de equipes etc. são requeridas inclusive dos profissionais que pretendem ocupar níveis auxiliares, indicando a necessidade do desenvolvimento e aprimoramento destes atributos. Existe um alinhamento entre o posicionamento do mercado de trabalho e das IES, pois a análise das grades curriculares o aponta como a quarta prioridade no *ranking* geral e a terceira prioridade para as IES “C” e “F”, quando analisadas individualmente.

Os conhecimentos de “Tecnologia da Informação” constituem a quarta competência mais requerida pelos empregadores no contexto geral, sendo que a importância desse grupo também foi apontada nos estudos de Porter e Carr (1999) e Brussolo (2002). Nesse aspecto, há uma discrepância entre as prioridades das IES e dos empregadores, uma vez que pelas grades curriculares este grupo aparece como a oitava prioridade no *ranking* geral. A IES “G”, comparativamente às demais, considera esse grupo de conhecimentos mais importante. O exame dos anúncios revela que o mercado demanda profissionais com conhecimentos básicos de informática, enquanto as IES priorizam o desenvolvimento de conhecimentos ligados aos sistemas de informações contábeis.

A quinta prioridade do mercado se relaciona aos conhecimentos de “Contabilidade Gerencial e Gestão Empresarial”, exigidos para os profissionais que almejam ocupar cargos em nível gerencial, auxiliar ou de chefia. Há um desalinhamento entre as prioridades das IES e as demandas do mercado de trabalho, uma vez que o desenvolvimento e aprimoramento destes conhecimentos aparecem em terceiro lugar no *ranking* geral de prioridades das IES, sendo que a IES “F” é a que se encontra mais alinhada ao mercado.

O grupo de conhecimentos em “Administração, Economia e Finanças” aparece como a sexta prioridade do mercado de trabalho. Nas IES, este bloco corresponde à primeira prioridade, segundo as grades curriculares examinadas. Portanto, esse grupo é mais valorizado pelas IES do que pelo mercado de trabalho, que prioriza conhecimentos ligados ao grupo “Contabilidade Societária, Legislação Societária e Tributária”.

Os conhecimentos de “Auditoria” constituem a sétima prioridade do mercado de trabalho, sendo mencionados em uma quantidade significativamente inferior de anúncios, se comparados com as seis primeiras prioridades. Observa-se um alinhamento entre as necessidades dos empregadores e o posicionamento das IES, pois estas também apontam este grupo de conhecimentos como a sétima prioridade no *ranking* geral.

A oitava prioridade do mercado se refere ao conhecimento de outro idioma. A exigência de conhecimentos de outros idiomas, em todos os níveis hierárquicos, reforça a ideia de que o mercado espera que o profissional contábil não possua apenas conhecimentos técnicos. A inexistência de disciplinas do grupo “Idiomas Estrangeiros” nas grades curriculares revela um desalinhamento entre o posicionamento das IES e dos empregadores.

Conhecimentos em “Recursos Humanos” figuram como a nona prioridade do mercado de trabalho, indicando que atividades como o cálculo da folha de pagamento e rotinas trabalhistas não são identificadas com as atividades contábeis realizadas nas empresas. As IES também reconhecem esses conhecimentos como a nona prioridade.

Os conhecimentos contemplados no grupo “Conhecimentos Diversos” representam a décima prioridade do mercado de trabalho, o que era esperado, afinal apenas uma pequena quantidade de conhecimentos foram nele agrupados. Já para as IES, o bloco “Conhecimentos Diversos” é identificado como a quinta prioridade no *ranking* geral. Na visão dos empregadores, o contador desempenha atividades que não requerem conhecimentos de legislação empresarial/comercial e estatística, agrupadas nesse bloco, enquanto as IES, objetivando formar um profissional contábil com um amplo conjunto de competências, optam pela inserção de disciplinas que abordam estes temas em seus currículos.

A décima primeira prioridade identificada no mercado de trabalho diz respeito aos conhecimentos de Contabilidade Internacional, que, embora estejam mencionados em uma pequena quantidade de anúncios, são requeridos inclusive para os níveis auxiliares. A análise do *ranking* geral indica um alinhamento entre as opiniões de empregadores e educadores, pois ambos apontam o desenvolvimento de conhecimentos de “Normas Contábeis Internacionais” como uma das últimas prioridades. Cabe ressaltar, entretanto, que embora seja pequena, existe a procura por profissionais que conheçam contabilidade internacional, o que não justifica a inexistência de disciplinas relacionadas a esse bloco de conhecimentos em alguns cursos.

Além de demandar profissionais com uma ampla gama de competências, o mercado de trabalho da RMPA também requer profissionais que possuam experiência profissional. Esta, embora não possa ser classificada como conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas, é identificada como um atributo valorizado pelo mercado, sendo a primeira prioridade no *ranking* analisado. Tal resultado indica que há um desalinhamento entre as posições dos educadores e dos empregadores, pois no *ranking* das IES o grupo “Experiência Profissional” é identificado como a sexta prioridade, sendo que as IES “G” e “I” não apresentam disciplinas que poderiam ser relacionadas a esses grupos em suas grades curriculares.

As IES podem estar adotando outros meios para promover a realização de atividades práticas pelos estudantes, não observáveis no exame das grades

curriculares. Não obstante, há IES que reconhecem a importância do exercício de atividades práticas para a formação do egresso, inserindo em suas grades pelo menos uma disciplina relacionada ao tema.

Análise de correspondência múltipla

A análise comparativa do *ranking* de competências desenvolvidas pelas IES e de competências requeridas pelo mercado de trabalho para contadores na RMPA demonstra que existe certo desalinhamento entre o que ambos consideram prioritário, sendo que apenas o *ranking* das IES “C” e “D” apresenta correlação com o *ranking* do mercado. A lacuna existente entre as demandas do mercado e a formação ofertada pelas IES também pode ser observada na Análise de Correspondência Múltipla realizada.

As relações entre as variáveis analisadas são apresentadas no Gráfico 1, no qual é possível identificar as associações entre o mercado e as IES em função dos blocos de competências requeridos/desenvolvidos. Verifica-se que a representação gráfica da relação entre as IES e o mercado de trabalho para contadores na RMPA revela um distanciamento entre ambos quando a relação é medida em função da importância atribuída a cada um dos blocos de competências analisados, assim como havia indicado o cálculo do Coeficiente T de Correlação Posto-ordem de Kendall.

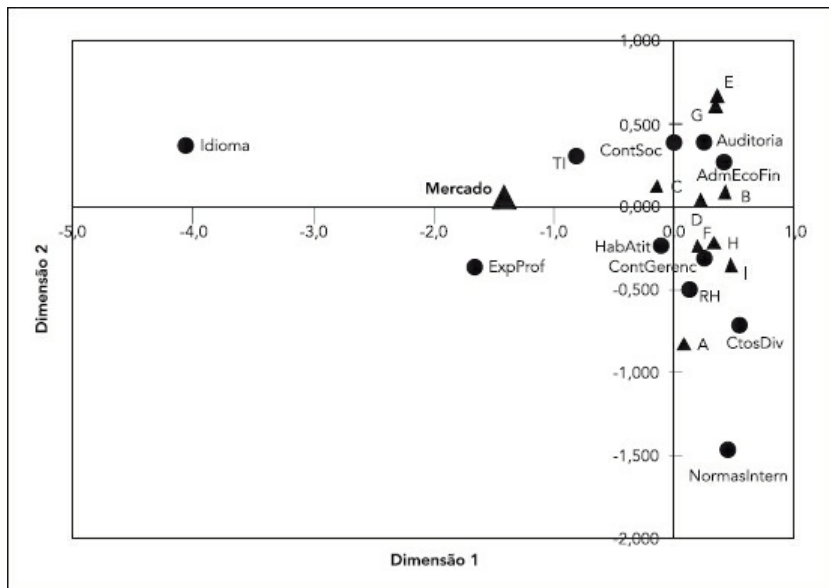


Gráfico 1 – Mapa de correspondência entre o mercado de trabalho, IES e competências requeridas/desenvolvidas.

Embora a correlação existente entre as variáveis analisadas não seja acentuada, ou seja, embora as IES e o mercado não possam ser claramente associados a uma ou mais competências, o Gráfico 1 evidencia que algumas competências estão mais associadas às necessidades do mercado de trabalho (demanda) do que ao currículo das IES (oferta), como é o caso dos conhecimentos em “Tecnologia da Informação” e “Idiomas Estrangeiros” e o grupo “Habilidades e Atitudes”, além da “Experiência Profissional”, sendo estes os principais grupos que explicam o distanciamento entre o mercado e as IES.

De forma semelhante ao Teste Kendall, na Análise de Correspondência Múltipla se observa que a IES que mais se aproxima do mercado de trabalho é a “C”, o que se explica pelo fato de que ela, quando comparada às demais, é a que atribui maior grau de importância à “Experiência Profissional” (primeira prioridade dos empregadores). Adicionalmente, esta IES prioriza o desenvolvimento de conhecimentos relacionados à “Contabilidade Societária, Legislação Societária e Tributária”, que figura como a segunda prioridade do mercado, e, assim como os empregadores, tem como terceira prioridade o grupo “Habilidades e Atitudes”.

As demais IES, além de se encontrarem distantes do mercado de trabalho porque

não estão associadas aos grupos mais identificados com a demanda dos empregadores, apresentam prioridades diferentes destes, principalmente, quanto à importância atribuída aos grupos “Contabilidade Gerencial e Gestão Empresarial” e “Administração, Economia e Finanças”.

As IES “F”, “H” e “J” são as que mais se associam aos conhecimentos ligados à “Contabilidade Gerencial e Gestão Empresarial”; quinta prioridade do mercado de trabalho, enquanto as IES “B”, “D”, “E” e “G” estão mais relacionadas ao bloco “Administração, Economia e Finanças”, que figura em sexto lugar no *ranking* de prioridades do mercado.

Verifica-se, então, que, com exceção do grupo “Idiomas Estrangeiros”, as IES contemplam em suas grades curriculares disciplinas voltadas ao desenvolvimento do conjunto de competências demandadas pelo mercado, mas de um modo geral existe certo desalinhamento entre as exigências dos empregadores e a formação definida pelas IES, o que pode ser explicado por duas razões distintas.

Primeiramente, o desalinhamento ocorre porque as IES destinam uma menor carga-horária ao desenvolvimento e aprimoramento de certas competências valorizadas pelo mercado, como é o caso dos conhecimentos em “Tecnologia da Informação” e das “Habilidades e Atitudes”, além de ofertarem poucas disciplinas que visam à promoção da aplicação prática do conteúdo ensinado (“Experiência Profissional”).

Em segundo lugar, o desalinhamento pode ser explicado pela “diferença de foco” existente entre o ensino ofertado pelas IES e as necessidades do mercado, pois no primeiro há a predominância de disciplinas voltadas à preparação de um profissional multidisciplinar, capaz de atuar na área contábil e em outras áreas organizacionais, participando da gestão da empresa, enquanto os empregadores, embora requeiram um profissional com um amplo conjunto de competências, atribuem maior importância aos conhecimentos relacionados à contabilidade societária e fiscal.

Embora os dados analisados não ofereçam subsídios para conclusões acerca dos motivos que levam as IES a ofertarem uma menor quantidade de disciplinas do grupo “Tecnologia da Informação”, “Habilidades e Atitudes” e “Experiência Profissional”, acredita-se que isto ocorre em função de que os conhecimentos de TI, principalmente os de informática básica requeridos pelo mercado, podem ser desenvolvidos fora do âmbito do curso de graduação em Ciências Contábeis, e de que as habilidades e atitudes, bem como a experiência profissional, podem ser contempladas nos cursos de outra maneira que não necessariamente por meio de disciplinas específicas.

Já a maior oferta de disciplinas ligadas à contabilidade gerencial e à administração, economia e finanças reflete, de fato, uma diferença entre as percepções das IES e do mercado de trabalho, no que diz respeito ao perfil do profissional contábil. Inere-se, portanto, que esta “diferença de foco” é a principal causa do desalinhamento constatado entre demanda (mercado) e oferta (IES).

ANEXO D

Conclusão

A análise das ofertas de emprego aponta a procura por profissionais com experiência prévia e com um amplo conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, classificadas nos dez grupos distintos examinados no tópico 4.1.

Embora haja a exigência por um conjunto de competências que transcendem os conhecimentos tradicionalmente relacionados à Contabilidade (societária e fiscal), inclusive para os cargos de nível operacional, os resultados encontrados revelam uma elevada demanda por profissionais com conhecimentos que compõem o grupo “Contabilidade Societária, Legislação Societária e Tributária” e que possuam experiência profissional prévia, sendo estes atributos os mais valorizados pelo empregador.

Com relação às propostas de formação disponibilizadas pelas IES, verifica-se que com exceção do bloco “Idiomas Estrangeiros”, todas as demais competências requeridas pelo mercado de trabalho, além de oportunizar a aplicação prática dos conteúdos ensinados, estão contempladas nas grades curriculares, ou seja, os conhecimentos, as habilidades e as atitudes demandados pelos empregadores são desenvolvidos pelas IES, embora haja divergências entre as prioridades estabelecidas.

O Coeficiente T de Correlação Posto-ordem de Kendall, que examina a correlação entre os *rankings* de prioridades de cada IES e do mercado de trabalho, aponta que a um nível de significância de 5% apenas a IES “C” está alinhada com o mercado, no que diz respeito à ordem de importância atribuída a cada grupo de competências.

A Análise de Correspondência Múltipla também evidencia o distanciamento entre as competências requeridas pelo mercado e as desenvolvidas pelas IES, apontando a IES “C” como aquela que mais se aproxima do mercado de trabalho. Contribui para este distanciamento a pequena carga-horária destinada pelas IES às disciplinas classificadas nos grupos “Tecnologia da Informação”, “Habilidades e Atitudes” e “Experiência Profissional”, além da predominância de disciplinas ligadas aos grupos “Contabilidade Gerencial e Gestão Empresarial” e “Administração, Economia e Finanças”, que são apenas a quinta e a sexta prioridade dos empregadores, respectivamente.

Os resultados desta pesquisa são coerentes com os apresentados nos estudos de Zaid e Abraham (1994), Morgan (1997), Siegel, Kusleza e Sorensen (1997), Albrecht e Sack (2000), Coelho (2000), Hassal *et al.* (2003), Cheibub (2003), Evangelista (2005), Padoan e Clemente (2006), Ribeiro Filho *et al.* (2007). Marques *et al.* (2007) e Almeida e Favarin (2007), que concluíram que havia certo desalinhamento entre as

demandas do mercado de trabalho e a formação oferecida pelas IES.

Embora não se tenha identificado por que grande parte das IES pesquisadas, diferentemente do mercado de trabalho, não prioriza o desenvolvimento de conhecimentos de contabilidade societária e tributária, pode-se supor que os cursos estão voltados à formação do “novo perfil” profissional divulgado na literatura, de um contador dotado de um conjunto de competências que vão além dos conhecimentos técnicos.

Os egressos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, cujas grades curriculares foram examinadas, ingressarão no mercado de trabalho dentro de quatro anos ou mais. Nesse período, é possível que a percepção dos empregadores sobre a atuação do profissional contábil nas empresas se modifique, ou seja, que o contador deixe de ser visto como alguém capaz de realizar apenas operações de “débito” e “crédito” e cálculo de impostos, mas que desempenhe tarefas mais ligadas à gestão das empresas, e que demandam conhecimentos de contabilidade gerencial, gestão empresarial, administração, economia e finanças, amenizando o desalinhamento entre as necessidades do mercado e a formação definida pelas IES.

Independentemente disso e considerando-se apenas esta pesquisa, os resultados indicam uma aderência relativa entre o ensino ofertado pelas IES e as demandas do mercado de trabalho na RMPA, destacando-se que os resultados sobre as prioridades das IES foram obtidos na análise de apenas nove instituições de ensino, portanto, não podem ser generalizados.

Como limitações pode se apontar, ainda, que os dados coletados foram tabulados de acordo com critérios preestabelecidos e estão sujeitos a possíveis erros de enquadramento decorrentes da classificação equivocada dos pesquisadores, ou das informações incompletas disponibilizadas pelos anúncios e pelas caracterizações das disciplinas ministradas nos cursos de Ciências Contábeis. Além disso, o *ranking* de prioridades do mercado de trabalho foi definido com base nas ofertas de emprego, sem considerar a percepção dos empregadores por meio de entrevistas, por exemplo, e do próprio profissional que atua no mercado de trabalho. Da mesma forma, a análise das grades curriculares e das ementas das disciplinas não levou em consideração a opinião de outros *stakeholders* envolvidos no processo de ensino contábil, tais como: educadores, governos e egressos dos cursos analisados.

As técnicas estatísticas adotadas também podem representar algumas limitações do estudo. No Teste de Kendall, um coeficiente alto ou significativo indica a existência de certa concordância entre a ordenação dos objetos em estudo sem, contudo, significar que elas estão corretas, uma vez que o critério adotado para a ordenação pode conter equívocos (SIEGEL; CASTELLAN JUNIOR, 2006). Já a Análise de Correspondência Múltipla, embora forneça uma visão de relacionamentos que talvez não sejam identificados na análise cruzada dos dados pura e simples, trata-se de uma técnica exploratória e não confirmatória e, como tal, aponta associações que precisam ser

investigadas em estudos futuros (GARSON, 2008).

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Pe. Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

Pe. José Ivo Follmann, SJ

EDITORA UNISINOS

Diretor

Pe. Pedro Gilberto Gomes, SJ



Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
EDITORA UNISINOS
Av. Unisinos, 950
93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Telef: 51.3590 8239
Fax: 51.3590 8238
editora@unisinos.br

© do autor, 2012

2012 Direitos de publicação e comercialização da
Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
EDITORA UNISINOS

O89t Ott, Ernani.
Técnicas de pesquisa em contabilidade / Ernani Ott. –
São Leopoldo: UNISINOS, 2012.
82 p. – (EaD)

ISBN: 978-85-7431-530-0

1. Contabilidade – Pesquisa. I. Título. II. Série.

CDD 657.072
CDU 657:001.891

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário Flávio Nunes, CRB 10/1298)

Esta obra segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
vigente desde 2009.



Editor

Carlos Alberto Gianotti

Acompanhamento editorial

Mateus Colombo Mendes

Revisão

Márcia Cristina
Hendrischky dos Santos

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Capa

Isabel Carballo

Impressão, inverno de 2012.

A reprodução, ainda que parcial, por qualquer meio, das páginas
que compõem este livro, para uso não individual, mesmo para fins
didáticos, sem autorização escrita do editor, é ilícita
e constitui uma contrafação danosa à cultura.
Foi feito o depósito legal.

Sobre o autor

ERNANI OTT é doutor em Ciências Contábeis pela Universidad de Deusto, Espanha. Especialista em Contabilidade pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); bacharel em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas pela UNISINOS, instituição na qual atua como professor desde 1969.

Edição digital: janeiro 2014

